



Departamento de Sociologia

Consequências das Ruturas Conjugais na Reestruturação das Redes Sociais

Ana Rita Mateus César Augusto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Família e Sociedade

Orientador:
Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2013

“E é amar-te, assim, perdidamente...”

Florbela Espanca

(Charneca em Flor, *Poesia Completa*)

Em memória do meu avô Joaquim

Agradecimentos

Quero agradecer ao Professor Doutor Pedro Vasconcelos pela atitude compreensiva, pelo estímulo constante e por todo o acompanhamento feito ao longo da pesquisa, sem os quais não teria sido possível levar a pesquisa a bom termo.

Também agradeço à Professora Doutora Maria das Dores Guerreiro pelas suas sábias palavras no momento certo.

Um agradecimento a título póstumo a António Louro pela sua amizade.

Ainda um obrigado muito particular ao Filipe pela sua fraterna amizade.

Por fim, ao Paulo agradeço especialmente por estar ao meu lado.

Resumo

Esta investigação trata das consequências que as ruturas conjugais provocam nas redes sociais. Partindo de uma discussão sobre as várias conceptualizações em torno das redes sociais, desenvolvida por Kellerhals e por Vasconcelos, em especial no que respeita aos conceitos de sociabilidade e apoios, desenvolve-se a sua conexão com as ruturas conjugais e como estas são afetadas por aquelas. Parte-se da hipótese de que as redes sociais, sejam elas de parentesco ou não, sofrem efeitos consoante a conflitualidade da rutura conjugal, sendo que tais efeitos também têm repercussões especiais na vida do ego e na dos seus filhos. Assim, procurando testar a redefinição conceptual levada a cabo, analisam-se as redes de apoio e de convivalidade dos entrevistados tanto antes como após a rutura conjugal dos mesmos. Verificando a existência de tipos de rutura diferentes, foi possível criar uma relação entre o nível de rutura, o tipo de conjugalidade e as redes sociais. A partir desta diversidade, foi possível explorar qualitativamente aspetos das reorganizações das redes sociais, tendo-se conseguido tipificar os processos de rutura conjugal consoante a sua conflitualidade.

Palavras-chave: rutura conjugal, redes sociais, trajetórias sociais, conjugalidade, apoios, sociabilidade

Abstract

This research deals with the consequences that conjugal ruptures cause in social networks. Discussing the diverse conceptualizations regarding social networks, proposed by Kellerhals and Vasconcelos, specially the sociability and support concepts, it develops its connection with the conjugal ruptures and the way that these ones are affected by those. We draw on the hypothesis that social networks, as family network or not, suffer effects depending on conflict of the conjugal rupture, and those effects also have special effects on the ego' life and their children's life. Thus, trying to test the conceptual redefinition made, support and sociability respondents' networks such as before conjugal rupture as after this one were analyzed. Verifying the existence of different types of rupture, it was possible to create a relationship between the level of rupture, type of conjugality and social networks. From this diversity, it was possible to explore qualitatively aspects of changes of social networks, having achieved typify the processes of rupture according to their conjugal ruptures.

Key-words: conjugal ruptures, social networks, social trajectories, conjugality, support, sociability

Índice	
Dedicatória	iii
Agradecimentos	v
Resumo	vii
Índice	ix
Índice de Quadros	xi
Índice de Figuras	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I	
DIVERSIDADE DOS PROCESSOS DE RUTURA CONJUGAL NAS REDES SOCIAIS	3
1.1. RUTURA CONJUGAL E REDES SOCIAIS	3
1.2. AS REDES DE SOLIDARIEDADE E DE APOIO	10
CAPITULO II	17
METODOLOGIA	
2.1.MODELO DE ANÁLISE E METODOLOGIA	17
2.2 POPULAÇÃO	19
CAPITULO III	
IMPACTO DA RUPTURA NAS REDES	23
3.1. RUPTURA CONFLITUAL E REDES SOCIAIS	24
3.2. RUPTURA NÃO CONFLITUAL E REDES SOCIAIS	37
CONCLUSÃO	45
ANEXOS	I
A. GUIÃO DE ENTREVISTA	I
B. ENTREVISTAS	V
C. TIPOLOGIA	VI
CV	VII

Índice de Quadros

Quadro 2.1. – Entrevistados	20
Quadro 3.1. – Todos os apoios nas duas ruturas	24
Quadro 3.2. – Todos os convívios nas duas ruturas	25
Quadro 3.3. – Apoios na Rutura Conflitual	26
Quadro 3.4. – Convívios na Rutura Conflitual	27
Quadro 3.5. – Apoios na Rutura Conflitual de Intervenção de Terceiro	28
Quadro 3.6. – Convívios na Rutura Conflitual de Intervenção de Terceiro	33
Quadro 3.7. – Apoios na Rutura Conflitual de Libertação	34
Quadro 3.8. – Convívios na Rutura Conflitual de Libertação	37
Quadro 3.9. – Apoios na Rutura Não Conflitual	38
Quadro 3.10 – Convívios na Rutura Não Conflitual	46
Quadro 4.1. – Todos os apoios	46
Quadro 4.2. – Todos os convívios	33

Índice de Figuras

Figura 2.1 – Modelo de análise

18

INTRODUÇÃO

Esta investigação reporta a consequências que as ruturas conjugais podem causar nas redes sociais. O trabalho que desenvolvemos, neste contexto, pretende explorar alguns dos aspetos mais relevantes levantados por esta questão, assim como facilitar uma melhor compreensão dessa realidade social.

Da necessidade de comprovar que a família, enquanto conjunto de membros unidos por afinidade ou por sentimentos, “sofre” alterações com a rutura conjugal, procurou-se compreender a realidade dos apoios e da sociabilidade na família e como estes são afetados com tal.

Partimos do conceito de rutura conjugal para analisarmos a conjugalidade bem como as suas dimensões analisadas pela literatura. Pelo facto de a conjugalidade poder culminar, a este conceito encontra-se o de rutura, que Torres (1996) considera três tipos de divórcio que correspondem três tipos de conjugalidade. A partir desta análise tentamos fazer a ligação às redes sociais, sendo que estas foram analisadas com base nos contributos de Kellerhals (2002), especificamente no que concernem aos apoios seguimos os conceitos criados por Vasconcelos (2005; 2011), demonstrando assim que as redes sociais são mutáveis consoante as situações em que se encontram as pessoas que as formam.

Relacionar estes conceitos apresentados foi o nosso objetivo, tentando de alguma forma distinguir na rutura a relação parental e a relação conjugal. São, portanto, duas relações com características distintas, enquanto a parental é indissolúvel, a conjugal pode ser quebrada. (Aboim, 2011; Leandro, 2011; 79-92; Torres, 2008). Apesar de ambas “sofrerem” efeitos da rutura, as consequências que esta provoca na “rede parental” (designação de LeGall, 1992) variam consoante a forma como a própria rutura é efetuada e como é “interpretada” pelos seus intervenientes. Se é verdade que a relação conjugal deixou de ser “eterna”, passando a ser suscetível a rutura, também é verdade que sucedendo a mesma, não deverá levar à rutura da relação que os pais têm com os filhos. Ou seja, o divórcio ou separação, a acontecer, será de dois adultos, que já tiveram uma relação. Nada tendo a ver com a relação que os mesmos têm com os seus filhos. Por conseguinte, estas redes são um processo que não pode ser pensado fora da família.

Assim, colocámos a hipótese que a mistura de relações (parental e conjugal) e o facto de a própria rutura ser conflitual poder levar a uma quebra de laços familiares ou amicais. Tentando dar continuidade à literatura, quisemos demonstrar que a rutura conjugal não é só uma “etapa” na vida do casal, mas sim na família inteira, que a mesma tem efeitos em toda a família de ambos os lados dos cônjuges. Em especial pretendíamos evidenciar os efeitos que a rutura tem na vida dos entrevistados, como eles se realizaram a seguir à rutura com o outro cônjuge e com a sua família, e na dos próprios filhos, como eles lidaram com a rutura dos pais e como foram as ligações que os mesmos mantiveram com a família do pai não guardião. Há que saber se as redes são reordenadas após uma rutura conjugal, se antes eram compostas de uma determinada “ordem”, de uma determinada categoria de dadores de apoio, e após a rutura os dadores reorganizam-se de acordo com a nova situação da vida.

Elencamos de seguida, de forma muito sucinta, a estrutura dos capítulos desta investigação.

No primeiro capítulo expomos e debatemos as principais contribuições teóricas para a problematização das ruturas conjugais e das redes de solidariedade e de apoio. A sua definição para Kellerhals (1992) e a importância que a pesquisa de Bott (1976) trouxe para a sociologia da família em termos de defesa da dinâmica da estrutura familiar tanto interna como externa. Acrescenta-se ainda a importância dos laços de parentesco com os contributos de Portugal (2006). Já no que respeita aos apoios, seguimos o defendido por Vasconcelos (2002; 2005; 2011) no sentido de considerar que nas redes de entreajuda e solidariedade, evidencia-se a força das relações de parentesco intergeracionais e a força de participação feminina.

No capítulo segundo apresenta-se o modelo de análise e a metodologia bem como sucintamente a população estudada e uma introdução de cada um dos entrevistados.

No terceiro capítulo analisamos o impacto que as ruturas conjugais causam nas redes sociais, permitindo a criação de uma tipologia consoante a conflitualidade da rutura. Assim, foi possível verificar quais os efeitos nos apoios e nos convívios que a rutura provoca em ambos os tipos criados. Ainda foi possível abordar que categorias de dadores se encontram nos apoios e na socialidade tanto antes como após a rutura, com o intuito de verificar que existe uma reorganização dos mesmos após este evento.

Na conclusão, retomando alguns dos conceitos centrais que nortearam a nossa pesquisa, recapitulamos os principais dados empíricos, procurando dar-lhes sentido teórico. Neste sentido tentamos demonstrar que para as trajetórias traçadas, a rutura conjugal levou a uma diminuição nas redes sociais.

CAPITULO I

DIVERSIDADE DOS PROCESSOS DE RUTURA CONJUGAL NAS REDES SOCIAIS

1.1. RUTURA CONJUGAL E REDES SOCIAIS

As relações afetivas são uma das múltiplas dimensões das relações sociais, distinguindo-se naquelas dois níveis: as relações amorosas e as representações coletivas e individuais sobre o amor que variam consoante o contexto cultural e espaço temporal. (Leandro, 2011:71; Torres, 1987). Assim sendo, há que perceber como variaram as relações conjugais e como também foi evoluindo a forma como as mesmas culminaram.

O casamento, de vínculo indissolúvel, controlado pela Igreja e no domínio religioso, passou de instituição “arranjada” (“casamento-sacramento”), que tinha que ser preservada a todo o custo, cujo objetivos eram o de conservação do posicionamento social e de consolidação das “frágeis fortunas” e da passagem da mulher da casa do pai para a do marido, para uma relação (“casamento-contrato”) que dura enquanto as pessoas se sentirem felizes, na qual o que preocupa as pessoas é o seu próprio bem-estar dentro da relação, em que o amor é o valor supremo. Tal mutação institucional proveio da erosão do modelo ideal de domesticidade das mulheres e da generalização da atividade feminina diretamente para o mercado, que levou a uma maior autonomia e capacidade de decisão feminina no contexto familiar, e do crescimento das classes médias. (Aboim, 2001; Aboim, 2011; Giddens, 1996; Leandro, 2011: 71-72; Torres, 1996; Torres,2001; Torres, 2002; Vaquinhas,2011; Vasconcelos, 1998)

Passando-se para uma visão mais laica do casamento, alterou-se a forma como o casamento¹ é celebrado (católico ou civil). Na pesquisa realizada por Torres, a autora verificou que a maioria dos entrevistados acaba por não dispensar a realização da cerimónia religiosa, ainda que, em termos de dados nacionais, se tenha verificado a progressiva descida do casamento católico². (Monteiro, 2011; Torres, 1996; Torres, 2001; Torres, 2002).

Este facto é designado por muitos autores como a desinstitucionalização do casamento, ou uma desvalorização do casamento ”no plano das representações e dos valores a favor de uma posição perante ela mais pragmática e utilitária”, já que “são os indivíduos que procuram tirar partido da instituição, aumentando ao máximo a sua margem de manobra e minimizando os constrangimentos ou as lógicas de submissão”. Trata-se de efeitos da sentimentalização, privatização, secularização e individualização das famílias modernas e da modernidade tardia, em que tal como refere Kellerhals (1989) sobrepõe-se o “eu” ao “nós-casal”. Este modelo denota que não é o respeito pelo laço formal do

¹ Nesta análise teve-se somente em conta os casamentos entre pessoas de diferente género.

² Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), verifica-se que de 1960 a 1975 houve um progressivo aumento de casamentos e a partir de 1975 o número de casamentos tendeu a diminuir até 2011. Segundo a mesma fonte, quanto ao tipo de casamento, observa-se que desde 1960 a 2006 a forma preferencialmente escolhida foi a católica. Já a partir de 2007 o casamento civil ultrapassou o católico. (Almeida et al, 1998:45-78; Leandro, 2011:119-123)

casamento, mas o critério do bem-estar individual, que orienta as escolhas matrimoniais. (Aboim, 2011; Leandro, 2011: 158-161; Torres, 2002). Tende-se assim a dessacralizar o casamento, passando a ser entendido como de foro terreno e pessoal. (Torres, 1996; Torres, 2002; Wall et al,1999; Wall, 2011).

Prévio a esta conjugalidade, é a existência de uma relação conjugal, ou seja, uma relação entre duas pessoas. Para Aboim o pressuposto de uma relação para ser conjugal implica a coabitação dos dois parceiros. Para esta autora, o início da conjugalidade é sempre coincidente com o início da coabitação, que é o ato de partilhar o mesmo teto que define a conjugalidade. Já para Singly há que dissociar conjugalidade e coabitação, esta autora considera importante o estilo de relação a dois e a sua durabilidade no tempo. (Aboim, 2005:88-89)

Havendo assim uma relação conjugal, Torres propõe três formas de conjugalidade a institucional, a fusional e a associativa, tendo em consideração não só o estatuto socioeconómico e a formação académica dos indivíduos mas também o centramento da relação, se na parental ou na conjugal. Assim, na conjugalidade institucional afirma-se a relevância do casamento como instituição, devendo ele manter-se independentemente do grau de satisfação dos indivíduos nele implicados, no qual o maior centramento é na relação parental do que na relação conjugal. A conjugalidade fusional assume uma modalidade mais romântica da relação, fazendo-a do seu projeto conjugal e familiar, sendo um projeto fusionalmente parental e conjugal. A conjugalidade associativa caracteriza-se como uma associação de dois indivíduos autónomos em deveres e direitos com vista à promoção do bem-estar conjugal e familiar, em que existe uma certa indiferenciação no desempenho de papéis entre homens e mulheres, ambos devendo assumir as responsabilidades domésticas, familiares e profissionais. (Torres, 2002).

Para além do casamento, outra forma já mencionada de iniciar a conjugalidade é a união de facto, que surgiu na maioria dos países ocidentais como forma de vida conjugal suscetível de constituir uma alternativa ao casamento^{3 4}. Esta instituição surgiu nos anos 30 do século passado em Portugal no seio do operariado e das camadas populares de escassos rendimentos económicos, pelos jovens que se juntavam à revelia da família e da Igreja. (Vaquinhas, 2011) Assim, não é uma situação conjugal recente, novo é o significado que lhe é atribuído hoje pelos atores sociais, o grau de reconhecimento social e de legitimação social que usufruiu. Apesar desta mudança, “ainda hoje” para muitos pais a ideia de divórcio é mais facilmente aceite e considerada menos grave para a reputação das filhas do que a ideia de coabitar e desabitar sem estar casado. (Torres, 1987; Torres, 1997)

³ Também aqui teve-se somente em conta a união de facto entre pessoas de diferente género.

⁴ Os casais que vivem em união de facto, em condições análogas às dos cônjuges (comunhão de leito, mesa e habitação) há mais de dois anos, são reconhecidos enquanto tal pela legislação portuguesa, mas possuem direitos e deveres diferentes dos cônjuges “casados”. (art.º 2020º do Código Civil, Lei nº 135/99, de 28 de Agosto, Lei nº 7/2011, de 11 de Maio, alterada pela Lei nº 23/2010, de 30 de Agosto) (Wall, 2011)

A generalização e a progressiva importância desta instituição⁵ como fenómeno de entrada na conjugalidade deveram-se à recente autonomia das mulheres, ao prolongamento dos seus estudos e à emergência de uma nova idade de transição e pós-adolescência, à inserção profissional tardia, à dificuldade de acesso a um emprego estável e compatível com a formação adquirida, à desinstitucionalização do casamento e a expectativas mais elevadas de autonomia e liberdade, levando ao aparecimento de segundas conjugalidades. (Aboim, 2005: 86, 87-88, 114; Aboim, 2006; Aboim, 2011; Leite, 2003; Lobo, 2009; Vasconcelos, 1998; Wall, 2000).

Aboim identifica vários estilos de experiências de conjugalidade informal com base em variáveis de temporalidade conjugal: o carácter durável ou transitório da experiência, a sua duração mais ou menos longa, o ter tido ou não filhos durante o período de coabitação, o tratar-se de uma primeira conjugalidade ou de um recasamento. Assim, para esta autora existem cinco principais perfis de coabitação: a coabitação pré-casamento (a designada por Roussel de “coabitação de noivado”), que nunca ultrapassa o primeiro ano de vida a dois; a coabitação experimentação, em que adia mais a formalização da união; a coabitação entrada na parentalidade, em que existe um longo período de coabitação, sendo que as mulheres iniciam mais cedo, incluindo a chegada de um filho; a coabitação proveniente de recasamento, em que se demonstra uma cumplicidade entre uma opção informal de trajeto mais permanente e a reorganização da vida conjugal após uma anterior rutura; e a união de facto dos casais em primeira conjugalidade, em que as mulheres entram na conjugalidade bastante cedo e que passam rapidamente para o formato de família nuclear. Para esta autora, a coabitação transitória sem filhos (pré-casamento e de experimentação) predomina em mulheres com escolaridade superior e entre os casais de grupos socioeconómicos mais qualificados. Já a coabitação inclusiva de filhos (a da entrada da parentalidade e a duradoura união de facto) surge nas mulheres que não ultrapassaram o nível básico de ensino e entre casais do meio operário. A união de facto de recasamento é a única que assume alguma transversalidade social. Por conseguinte, para Aboim a característica fundamental das conjugalidades informais é a sua juventude, situando-se em fases iniciais da vida adulta. No entanto, tradicionalmente, a coabitação encontrava-se relacionada com situações de precariedade económica, a percursos familiares mais permeáveis a transições e ruturas. (Aboim, 2002; Aboim, 2005: 103-111; Aboim, 2006)

Santos considera que a coabitação assume diferentes formas e significados consoante os meios sociais, dependendo das condições sociais da existência dos atores, dos recursos simbólicos e culturais, mais especificamente das representações e valores acerca da relação do casal, mas também da história

⁵ Segundo os dados do INE, verifica-se de 1991 a 2001 um aumento de 96% de pessoas em união de facto. Relacionando a residência comum com o casamento (a designada coabitação pré-nupcial), observa-se que desde 1995 até 2011 tem vindo a aumentar (de 12,3% a 39,2%) os casais que tomam esta opção. No que concerne à existência de filhos, de 1991 a 2001 os casais unidos de facto com filhos aumentaram 85,87%. (Leandro, 2011: 119-123; Santos 2002; Santos, 2006; Vaquinhas, 2011)

peçoal dos indivíduos. Assim, para esta autora coexistem a coabitação moderna, (em meios intelectuais e científicos) resultante do relacionamento íntimo e como prolongamento do namoro; a coabitação circunstancial, que provém de pressões e ritmos exteriores; a coabitação de noivado, (em casais dos sectores intermédios) que representa um compasso de espera para os noivos se instalarem; a coabitação masculina, (em casais de origem operária) que surge por imposição masculina de uma união de ambos ou de uma coabitação de recomposição familiar; a coabitação de transgressão, que simboliza a mudança rápida de valores e de comportamentos a seguir ao 25 de Abril de 1974; a coabitação de tradição (também designado “casamento dos pobres”), que deriva do facto de já ser uma prática frequente na geração dos seus pais e avós e que é de longa duração no seio dos grupos urbanos; a coabitação instável, que respeita a modos de vida precários e a minoria étnicas; coabitação de experimentação, que surge transitoriamente sem filhos numa primeira conjugalidade como também numa segunda conjugalidade. (Santos, 2002:97-107; Santos, 2006:1-17)

Como já se mencionou, qualquer que seja a forma de iniciar a conjugalidade, esta poderá não durar *ad eternum*, sendo assim objeto de uma rutura, seja ela em forma de divórcio ou de separação, que é cada vez mais não um trauma, mas um recomeçar de novo. (Vasconcelos, 1998) Portanto, muitas das ruturas familiares têm a ver com a qualidade das relações do que com o económico, isto é, com o que Torres (1996) designa de *desamor*. (Leandro, 2011:95)

A revolução francesa transformou o sacramento eclesiástico indissolúvel do matrimónio num contrato feito perante a sociedade civil, “abrindo assim portas” ao divórcio, pois o contrato entre as duas partes pode ser resolvido.⁶ (Fernandes, 1994; Goody, 1995; Vaquinhas, 2011). A partir dos anos 60, o divórcio⁷ como uma das formas de rutura conjugal tem vindo a aumentar nas sociedades

⁶ No Código Civil permite-se a separação judicial de pessoas e bens, o divórcio por mútuo consentimento, o divórcio litigioso. Com o Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de Outubro, o processo dos divórcios por mútuo consentimento é remetido para as conservatórias. Com a Lei nº 61/2008, 31 de Outubro, finda o divórcio litigioso (baseado na culpa), passando a designar-se divórcio sem consentimento de um dos cônjuges. Introduce-se o conceito de responsabilidades parentais, substituindo o conceito anterior de poder paternal e promovendo uma responsabilidade partilhada. (Torres, 2008; Wall, 2011)

⁷ Segundo dados do INE, desde 1960 até 2002 houve um aumento progressivo de divórcios, sendo que de 2002 até 2005 tem vindo a diminuir e posteriormente a aumentar. O crescimento súbito do número de divórcios de 1975 e 1978 explica-se em grande parte pela legalidade das situações anteriores de separações de pessoas e bens, que não necessitam de esperar para passar a divórcio. (Torres, 1987) No que concerne ao tipo de divórcio, observa-se que desde 1995 a 2002 o divórcio por mútuo consentimento tem vindo a aumentar, sendo que no ano seguinte diminuiu, tendo vindo até 2006 a aumentar. Pelo contrário, no divórcio litigioso verifica-se que uma diminuição gradual ao longo dos anos, como também na separação para divórcio que é quase inexistente em 2006. Relacionando o casamento com o divórcio, observa-se que, segundo fonte do INE, se em 1970 para 100 casamentos existiam 0,62 divórcios, já em 2011 em 100 casamentos ocorrem 76,1 divórcios. Quanto à relação entre o divórcio com o tipo de casamento, segundo a mesma fonte, verifica-se que tanto no casamento civil como

ocidentais devido a mudanças sociais, que levaram a alterações das concepções sobre a vida social anteriormente mencionadas. (Aboim, 2011; Monteiro, 2011; Torres 1996; Torres 1998; Torres, 1999; Torres, 2002; Torres, 2008).

Numa rutura um dos membros do casal pode tomar a iniciativa. Para Torres, a iniciativa do divórcio é maioritariamente feminina, qualquer que seja a sua situação face ao mercado de trabalho. No entanto, não é a atividade profissional das mulheres que é responsável pelo aumento do divórcio e muito menos a libertação das mesmas ou a sua autonomia a causa do divórcio. (Torres, 1987; Torres, 1999) Contudo, pode estabelecer-se uma relação entre a iniciativa do divórcio e a atividade profissional das mulheres. A atividade profissional e a tendência para a fixação das mulheres no mercado de trabalho permitiram a avaliação diferente dos papéis nas relações conjugais, diminuíram os constrangimentos económicos em relação às mulheres e são um recurso que possibilita também uma menor responsabilização face à família. Ainda mais que o divórcio é menos frequente nas classes populares e nas classes altas com grandes recursos de capital económico. Nos grupos sociais com maiores rendimentos o casamento pode significar um importante investimento de alargamento e conservação de capital e assim o divórcio pode aparecer como uma perda na sua manutenção e reprodução. (Torres, 1987; Torres, 1999)

Tal como anteriormente referido, às três formas de conjugalidade – institucional, fusional, associativa — Torres considera que correspondem a três tipos de divórcio – fatalidade, culpa do outro e desencontro, respetivamente. No divórcio-fatalidade (em grupos de fracos rendimentos) em que a atividade das mulheres se circunscreve à gestão doméstica e familiar, a separação é quase sempre associada à existência de terceiras pessoas – amante. O divórcio-culpa-do-outro (nas classes operárias) é um modelo em que o divórcio só se justifica em último caso e é considerado como uma falta grave, representando o não cumprimento dos deveres conjugais por parte de um dos parceiros. Finalmente, o divórcio-desencontro (nas classes médias com formação média ou universitária) significa a recusa de uma vida conjugal que perdeu o encanto e a esperança pela parte de um ou de dois parceiros conjugais de vir a alcançar e concretizar a felicidade desejada noutra tentativa de viver a relação amorosa. (Torres, 1996)

Após uma rutura conjugal, seja ela em que formato ela for, é necessário reestabelecer novas “regras” para a relação conjugal, que deixa de existir, e para a relação parental, que, apesar de todas as circunstâncias, continua a existir. (Torres, 2008; Torres, 1999; Segalen, 1988) Para Segalen, com o divórcio, o casal conjugal e o parental encontram-se dissociados, sendo o divórcio considerado como regulador da relação parental e incitador da regulação da relação conjugal.⁸ (Leandro, 2011:79-92; Lobo, 2009; Segalen, 1998)

no católico observa-se um aumento no divórcio até 2002, uma diminuição no ano seguinte e uma posterior subida. (Leandro, 2011: 119-123; Monteiro, 2011)

⁸ Tal regulação encontra-se nos artº 1877º, 1879º, 1905º e 1906º do Código Civil. (Lobo, 2009)

Por conseguinte, a associação da parentalidade com a conjugalidade pode ter implicações no relacionamento dos pais com os próprios filhos. O facto de as mulheres ficarem com a guarda dos filhos tende a provocar por sua escolha um ligeiro adiamento na entrada da nova conjugalidade, na fase de recomposição, e às vezes a permanência numa situação de parentalidade solitária. (Torres, 1987) No caso dos homens, porque vivem sós ou em casa dos pais, nada os impede de iniciarem, a seguir ao divórcio ou separação, uma relação de conjugalidade, sem que isso tenha fortes implicações no relacionamento com os seus filhos. Se para as mães a maternidade está desligada da conjugalidade e independentemente de viverem com o pai dos filhos, elas continuam a tratar de satisfazer as necessidades dos filhos; já para os pais as suas responsabilidades para com os filhos exercem-se enquanto fazendo parte de um casal e o divórcio pode ter o efeito de separar os pais dos seus filhos. A partir daí, quando voltam a viver em casal, muitos desses homens aceitam bem viver com outras crianças que não os seus filhos. (Aboim, 2011) Por conseguinte, a seguir a uma rutura, em muitas famílias tende a haver por parte dos homens uma demissão das responsabilidades parentais. (Aboim, 2006; Aboim, 2011; Leandro, 2011:14-14; Torres, 2008)

Tendo em consideração o nível social, os autores mencionados verificaram que os pais com níveis baixos de escolaridade e de sectores profissionais pouco qualificados têm menos tendência para manter laços com os seus filhos biológicos após a rutura. Pais não guardiães com níveis elevados de escolaridade profissionalmente inseridos em lugares intermédios ou de topo empenham-se mais na ligação aos filhos biológicos de relações anteriores. Nos meios menos favorecidos em recursos económicos e escolares, e em que a ocorrência do divórcio se revestiu de maior conflitualidade, há mulheres que não permitem aos pais biológicos participarem na educação dos seus filhos. No caso dos pais mais escolarizados, as relações com os seus filhos após a separação e mesmo depois da recomposição da mãe guardiã mantêm-se na grande maioria dos casos. As mães guardiãs integram com mais facilidade os seus ex-maridos na educação dos filhos e assim o pai biológico está mais presente tanto no quotidiano como na educação dos filhos. (Aboim, 2006; Leandro, 2011:14-15; Lobo, 2009; Torres, 2008)

Acresce ainda a esta dicotomia de relação parental e conjugal, as condições objetivas de vida em que as mulheres ficam a viver após a rutura. Quando estas não têm independência económica, quando são menos jovens e no meio social em que vivem o divórcio é pouco frequente, as situações pós-divórcio vivem-se de forma mais difícil. Mesmo as ativas mais escolarizadas e fortemente inseridas no mercado de trabalho, as solidariedades dos familiares mais próximos tornam-se inevitáveis nos momentos decisivos das suas trajetórias conjugais. Tais solidariedades estão desfasadas das condições materiais de existência das famílias, ou seja, as práticas de entajuda familiar estão em consonância com a posição de classe dos seus protagonistas. (Lobo, 2009; Torres, 1996)

Portanto, as ruturas familiares são processos que diminuem o acesso a redes sociais onde podem existir recursos com impacto nas trajetórias sociais dos indivíduos e linhagens analisadas. (Vasconcelos, 2011: 221)

Le Gall et al. consideram como rede parental estas ligações que existem entre as crianças e os seus pais-guardiães, os seus pais-não-guardiães, os avós paternos e maternos, eventualmente os novos parceiros dos seus pais e os outros filhos dos pais. É nesta rede complexa que tem apenas sentido em relação à presença da criança. (Le Gall et al, 1992)

Como já se mencionou anteriormente, pelo facto de não ser uma relação *ad eternum*, a conjugalidade pode findar, e daí surgir um novo casamento, o designado de recasamento.⁹ Uma grande parte destes recasamentos envolve crianças de um casamento anterior, o que pressupõe a presença de um padrasto ou de uma madrasta ou de ambos nas configurações familiares. (Lobo, 2009) Nestas famílias, que vivem com filhos das relações anteriores de um ou de dois membros do casal, a junção de “os meus, os teus e os nossos” torna-se uma realidade. (Wall et al, 1999). A estas reconfigurações conjugais associam-se a mudanças no lugar e estatuto da criança no seio da família, nomeadamente nas relações de parentalidade. (Leandro, 2011: 72) Estas situações pressupõem a presença de um padrasto ou de uma madrasta ou de ambos. (Aboim, 2011; Almeida et al, 1998:45-78; Lobo, 2009; Torres, 1999).

Havendo um recasamento e/ou uma rutura, existe mudanças nos papéis dos avós. Pode acontecer os avós paternos rejeitarem tanto as ex-noras como os filhos destas, principalmente se têm outros netos, acabando as avós maternas por ser mais solicitadas para ajudar as suas filhas. Segundo Lobo, após uma rutura, as relações entre os familiares próximos do pai-guardião tornam-se mais fortes, destacando-se as solidariedades femininas bem como os pais da mãe. As mães guardiãs só raramente cortam o relacionamento dos seus filhos com os avós paternos mesmo em situações de não coparentalidade. Na grande maioria dos casos, se avós paternos constituem uma referência importante para os seus netos, estas mães esforçam-se para que as relações com os pais do pai biológico se mantenham. No entanto, tais relações entre avós paternos e netos podem enfraquecer sobretudo se o pai biológico perde o contacto com os filhos. Em contrapartida, após uma rutura, as mães tentam preservar os laços com o lado paterno da família das crianças. (Leandro, 2005; Leandro, 2006; Leandro, 2011:15, 79-92; Lobo, 2009)

Nesta realidade, Irene Thèry identifica duas lógicas – perenidade e substituição— nos processos de recomposição familiar e de construção social do papel do padrasto, tendo em consideração os meios sociais onde os divórcios ocorrem. Na lógica de substituição (nos meios menos favorecidos) privilegia-se a reconstituição de uma nova família em detrimento da anterior, sendo que na nova configuração familiar o padrasto ocupa o lugar deixado pelo pai biológico. Já na lógica de perenidade (nos meios sociais mais favorecidos), o laço parental é preservado e não se confunde na reorganização da família, tendo o padrasto um papel inédito sem invadir os papéis pré-concebidos. (Almeida, et al, 1998:45-78; Lobo, 2009)

⁹ Em 2001, os casais recompostos constituíam 2,7% do total de casais com filhos. (Aboim, 2011)

Todos estes eventos de percurso de vida e as escolhas que o acompanham afetam permanentemente, restringindo ou alargando possibilidades, a posição que os sujeitos ocupam e protagonizam dentro dos seus contextos estruturais, alterando a sua rede social. (Vasconcelos, 2011: 265)

1.2. AS REDES DE SOLIDARIEDADE E DE APOIO

O termo rede indica uma pluralidade de direções, um entrelaçado de relações e de trocas nem sempre diretas ou lineares. (Vasconcelos, 2011, 126) O conceito de rede social desenvolveu-se em torno de duas correntes: uma emergente da Antropologia Social britânica do pós-guerra da II Guerra Mundial, preocupando-se fundamentalmente com uma análise situacional de grupos restritos, como resultado da crescente insatisfação com o modelo estrutural-funcionalista clássico e ligada a Gluckman; e outra americana, prendendo-se com o desenvolvimento da análise quantitativa no quadro de uma análise estrutural, desenvolvendo-se em duas linhas: uma herdeira de Simmel, essencialmente formalista, concentrada na morfologia das redes e no seu impacto nos comportamentos; e uma outra linha estruturalista seguida por Wellman e Berkowitz, definindo a relação como unidade básica da estrutura social. (Portugal, 1995)

Partindo deste conceito de rede social, a família apresenta-se configurada sob a forma de uma rede mais ou menos informal de relações e de proximidades pessoais e sociais. (Fernandes, 1994; Portugal, 1995)

As relações familiares e de parentesco na modernidade foram pensadas como escapando aos localismos das alianças grupais, que dominariam as sociedades pré-industriais e centradas em lógicas estritamente privadas, reduzidas à conjugalidade e parentalidade. No pensamento de clássicos da sociologia é a da passagem de uma organização social baseada em laços sociais e identitários comunitários, onde a autonomia individual desapareceria face aos imperativos de sobrevivência e continuidade grupal para uma organização social baseada na ideia de contrato entre indivíduos livres e conscientes. (Portugal, 1995; Vasconcelos, 2011:115-120)

Assim sendo, Parsons apresentava um modelo familiar moderno particularmente adaptado à economia industrial, caracterizando a família moderna como unidade nuclear estruturante isolada e as famílias primitivas sujeitas ao *kinship system*. Do seu ponto de vista, a transição para a modernidade implica a quebra de laços alargados de parentesco e a emergência de um modelo familiar onde o núcleo conjugal se torna o centro das obrigações em detrimento da filiação de cada um dos cônjuges. (Portugal, 1995; Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005; Vasconcelos, 2011:122-126, 115-120)

Já Elizabeth Bott (1976) reconheceu a relação entre o carácter interno de uma relação e a estrutura de uma rede, em que defendia a ideia de que a dinâmica da estrutura familiar depende não apenas do comportamento dos seus membros, mas também das relações que estes estabelecem com outros, ou seja, de que a estrutura da rede de parentes, amigos, vizinhos e colegas tem uma influência direta na definição das relações familiares. A autora distingue entre redes de “malha estreita” (*close-*

knit), aquelas onde existem muitas relações entre os membros, e redes de “malha frouxa” (*loose-knit*), aquelas onde existem escassos relacionamentos, defendendo que o grau de segregação dos papéis conjugais está relacionado com o grau de conexão da rede total da família: quanto mais conexa for a rede de uma família, maior será a segregação dos papéis entre marido e mulher. (Piselli, 2003; Portugal, 2007; Vasconcelos 2002; Vasconcelos, 2005)

Para Kellerhals existem três topografias de parentesco potencialmente diferentes: a rede de afinidade, que envolve os parentes que a pessoa seleciona; a rede de solidariedade, que compreende os parentes pelos quais a pessoa concorda em sacrificar algum tempo; e a rede de autoproteção, que respeita aos parentes a quem a pessoa pode pedir ajuda. (Kellerhals, 1998; Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005; Vasconcelos, 2011: 122-126)

Por seu turno, Attias-Donfut refere que é necessário sair do grupo doméstico nuclear para mapear a teia de relações em que as conjugalidades (e as suas descendências) estão inseridas, pois as relações familiares alargadas adquirem relevo na economia das famílias, nas suas vidas quotidianas e trajetórias sociais, bem como na estruturação de matrizes relacionais intraconjugais. (Aboim, 2006)

Na articulação entre o lado de dentro e o lado de fora da vida conjugal, Aboim procurou perceber em que medida ter ou não ter apoio informal (uma rede) se articula a formas específicas de interação. Aboim verificou uma articulação significativa entre dinâmicas de interação e o volume dos apoios recebidos a partir do início da vida conjugal. As dinâmicas paralela, paralela familiar e bastião associam-se a contextos de ausência de apoio. Os casais fusão aberta confluentes e associativos aparecem sobrerrepresentados em situações de apoio frequente. Para esta autora, ter apoio frequente associa-se a dinâmicas caracterizadas por menor desigualdade conjugal e maior abertura ao exterior. (Aboim, 2006)

Associa-se ao conceito de rede a noção de solidariedade familiar, que emergiu na sociologia francesa em meados da década de 1980, preocupando-se com as formas de apoio, troca e ajuda no parentesco, nomeadamente face às insuficiências da solidariedade pública. A antropologia também trouxe utensílios conceptuais para a discussão das relações intergeracionais e das solidariedades familiares, explorando nomeadamente exemplos vindo da vida campesina. (Vasconcelos, 1998; Vasconcelos, 2011: 122-126)

Sendo as redes formadas por nós, estes são designados por laços. Para Leandro, o laço social não é ordem mecânica e orgânica ou da ordem do instrumental, mas sim da ordem dos sentimentos, constituindo no essencial em querer o bem do outro com quem se faz corpo social. Assim, laço social designa um conjunto de elementos que une os indivíduos entre si, integrando realidades múltiplas. (Leandro, 2011:30-31) Tais laços podem ter características muito diferentes. Um critério fundamental para a sua caracterização dos laços é a existência ou não de uma relação de parentesco (Portugal, 2006). No entanto, outras distinções são importantes: os laços podem ser positivos ou negativos, fortes ou fracos, passivos ou ativos. Estas distinções permitem analisar as fronteiras das redes com o seu

ambiente externo, mas também as fronteiras entre subsistemas no ambiente interno das redes. (Portugal, 2007)

Nas sociedades modernas, os laços entre parentes são aparentemente mais gratuitos que nas sociedades tradicionais. Assim, as relações de parentesco aparentam refugiar-se numa base mais individual, em relações que aliam autonomia e obrigação. Para Attias-Donfut os apoios são principalmente no sentido unilateral dos progenitores para a descendência, sendo globalmente as gerações mais velhas a apoiarem as mais novas. Este desequilíbrio profundo deve-se ao facto que as obrigações para com os filhos ou netos são sentidas como totais, enquanto as obrigações para com os pais ou avós não o são tanto. (Segalen, 1998; Vasconcelos, 2011: 127-140)

Portanto, o parentesco constitui um sistema de referência social, que serve para designar o universo dos parentes que nos cabem pela consanguinidade, pela aliança e pela adoção, sendo também um sistema de classificação dos parentes que designa os comportamentos de evitamento, de respeito, de gracejo, que se pode ter com esses tipos de parentes. (Portugal, 1995; Segalen, 1988)

A importância das redes de parentesco deve-se ao facto de as nossas relações de parentesco serem mais governadas pelo princípio da seletividade, em que cada um escolhe as suas relações, do que pelo critério do estatuto, em que a presença de normas que prescrevem a atitude idêntica sem relação a todos os membros de uma dada categoria de parentesco. (Kellerhals, 1998)

Segundo a literatura internacional, a família é a principal fonte de suporte encontrada pelas pessoas. Afirmam estes autores que os parceiros amorosos forneceram suporte material e emocional indiferentemente; porém pais, filhos e irmãos foram aqueles que forneceram mais suporte material do que emocional. (Marques, 2009) A pesquisa de Marques demonstrou que os mais pobres entre os pobres têm redes com menor variabilidade da sociabilidade, localismo mais elevado e maior importância da vizinhança. Indivíduos com escolaridade mais elevada, mesmo entre os mais pobres, tendem a ter redes mais ricas e menos locais em termos de vínculos. (Marques, 2009)

Dentro da família, encontram-se redes de ajuda, que não são somente redes de pessoas, mas também redes de circulação de uma variedade de bens, variando igualmente o volume e a direção topológica dos fluxos consoante o tipo de bens trocado. (Vasconcelos, 2002) Tais redes não existem no vácuo social. Pitrou identificou um modelo dualista de solidariedades familiares segundo a pertença de classe das famílias: nas classes mais baixas, de trocas mais materiais e em serviços, segundo lógicas mais estatutárias, normativas e ritualizadas, teríamos uma solidariedade para a subsistência; nas classes mais altas e médias, com trocas mais simbólicas e de dinamização para a mobilidade social ascendente, segundo normas mais relacionais, negociadas e relativizadas, teríamos uma solidariedade para a promoção social. (Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005: 603-604; Vasconcelos, 2011: 127-140)

Já quanto às especificidades das redes de apoio, para Vasconcelos hoje em dia a rede de apoio é no essencial uma rede de parentesco, particularmente intergeracional, pois os apoios dados a determinado agregado doméstico dependem do que há a transmitir e das suas lógicas de perpetuação

social. Assim, os apoios podem ser entendidos como estratégias de reprodução das vantagens sociais, transmissões e ajudas essas que em muito contribuem para a definição das posições de classe das famílias, já que face à situação de classe dos agregados recetores, essas dádivas serão recebidas e integradas em diferentes organizações domésticas estratégicas. (Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005) Assim, os recursos transmitidos nas redes são aqueles cuja transmissão obedece a uma lógica de gratuidade e dádiva—de solidariedade. Uma solidariedade que, não sendo vista pelos agentes como um esforço deliberado de reprodução coletiva, antes percebida como singular e única, produz e reproduz efetivamente o coletivo e os seus recursos.. (Vasconcelos, 2011: 113-114)

De facto, o carácter sexuado das redes de apoio familiar é tão vincado que alguns autores são mesmo da opinião de que o grande fator estruturante dessas redes é o género, pois as mulheres são as grandes protagonistas da comunicação e mediação entre grupos domésticos da parentela. Tal como refere Portugal, a maior parte da responsabilidade do criar e do cuidar continua a recair sobre as mulheres. Portugal relata a importância das redes de relações sociais e a desigualdade sexual na repartição das tarefas e das responsabilidades no interior da família conjugal e no interior da rede. Tal levando pois à conclusão de que o apoio das redes sociais contribui para a manutenção e reprodução das desigualdades sexuais no interior da família conjugal. Existem verdadeiras linhagens de ajuda feminina, sendo as mulheres os verdadeiros *pivôs* das relações de parentesco, nomeadamente quase todas as investigações demonstram a importância da relação mãe-filha (mesmo os homens parecem dirigir-se mais à mãe do que ao pai). (Portugal, 2008)

As redes de apoio familiar no respeitante à sua topologia são portanto redes de parentesco intergeracional direto, matrilateralizadas e feminizadas, com exceção de formas de trabalho, escassas de resto, ou de dádiva patrimonial tradicionalmente mais masculinas ou patrilateralizadas — portanto, redes gendrificadas, isto é, estruturadas por processos conhecidos de diferenciação de género. Por conseguinte, a rede de apoio familiar é uma rede de entreajuda feminina: na preponderância dos apoios por parte da família da mulher do casal e na preponderância de apoios prestados por mulheres. Na lateralização da rede de parentesco, verifica-se que o apoio corre mais pelo lado da família da mulher do que da do homem e mais ainda no caso das ajudas quotidianas do que no das grandes ajudas. A única exceção é a oferta de negócio que tende a ser apanágio do poder e da autoridade masculina. Por conseguinte, as lógicas da diferenciação e desigualdade de género são-no em dois sentidos: o da diferenciação entre o apoio prestado pela família do homem ou pela família da família e o da diferenciação entre as contribuições dadas por homens e dadas por mulheres. (Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005; Vasconcelos; 2011:165-167)

Quanto à identidade dos dadores de apoio, Vasconcelos constatou que cerca de 90% do apoio é dado por familiares contra apenas os restantes cerca de 10% dado por não familiares. Do apoio prestado por não-familiares, a esmagadora maioria é-o por amigos, colegas ou vizinhos, sendo o restante 1% por outras pessoas com os quais não se afirma uma relação de proximidade muito acentuada, o que vem acrescentar a fraqueza dos laços fracos. O aumento do peso dos pais-homens

deve ser entendido no contexto de modalidades de dádiva relacionadas com o controlo dos bens económicos, mas acima de tudo com a importância dos apoios dados em conjunto pelo casal de progenitores. Daqui ressalta que nesta lógica patrimonial por excelência que o apoio prestado pelos progenitores do homem praticamente iguala o dos da mulher, comprovando assim que a transmissão patrimonial tende a efetuar-se em maior medida não só através de dadores homens ou em casal, como flui em montantes inauditos pela família do homem do casal. (Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005; Vasconcelos, 2011: 158-161)

Tendo em consideração apenas as credenciais escolares, a níveis mais elevados de escolaridade encontram-se associados a volumes mais elevados de apoio. Essas diferentes posições, associadas a desiguais volumes de capitais e desiguais volumes de apoio, estruturam diferentes lógicas de reprodução familiar através da transmissão diferencial de variadas espécies de apoio, quer quotidiano, quer de maior envergadura e ao longo do ciclo de vida familiar. Assim, o volume de apoio aumenta linearmente com o aumento do nível de escolaridade. (Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005; Vasconcelos, 2011: 147)

Na pesquisa efetuada por Vasconcelos, este autor constatou que não existe uma fatia da população que nunca teve algum apoio em momento algum do percurso da vida familiar, como cerca de metade da população apresenta um volume fraco de apoios. A ocorrência de apoio atinge valores claramente positivos porque tomamos em consideração o volume de apoio agregado de toda a vida familiar. Com a agregação feita, aqueles que têm volumes fortes e particularmente muito fortes são uma clara minoria. (Vasconcelos, 2011:148) Se a inexistência de apoio é uma clara desvantagem, possui-lo é sempre uma vantagem. (Vasconcelos, 2011:226-228)

Vários autores têm sublinhado a distinção entre as relações de vizinhança em relação quer à amizade quer à família, marcando como os parentes mais próximo têm prioridade, seguidos por outros parentes, amigos e só depois os vizinhos. Os contextos de sociabilidade serão aqueles onde se realizaram as lógicas de apoio porque estas respeitam a recursos obtidos através de uma rede de relações duráveis segundo uma lógica preponderante de gratuidade, e não de troca clientelar, mercantilizada e contabilística. Quer tudo isto dizer que existem sociabilidades preponderantemente amicais e outras preponderantemente familiares. (Vasconcelos, 2011:89)

Já no que respeita às relações de sociabilidade, as mesmas foram objeto do trabalho de Simmel, sendo definidas como a forma por excelência da existência social, libertadas de todo o conteúdo que não o seu valor em si. Estudos sobre os meios urbanos e seus protagonistas, sobre as relações de vizinhança, de amizade e familiares, ao pensar a sociabilidade quase como uma forma lúdica de associação livre, tende-se a pensar como um contexto de igualdade livre de interferências materiais, desigualdades sociais e poupado às fricções relacionais da vida quotidiana. (Vasconcelos, 2011:78) As atividades de lazer convivial que Vasconcelos se refere são não só de atividades que poderiam ser qualificadas de lazer pelas famílias, mas também de atividades que sendo de lazer são feitas em conjunto com pessoas exteriores à família nuclear. (Vasconcelos, 2011: 67-68)

As relações de sociabilidade caracterizam-se pela procura do outro sem mais objetivos do que a sua presença. É destas relações de sociabilidade, expressas em grande medida pela linguagem dos afetos, que podem nascer solidariedades gratuitas, apoios variados que dão corpo a verdadeiras transmissões de recursos operadas se ónus acrescido a não ser o eventual reconhecimento a quem deu. É certo que nem todas as sociabilidades se convertem em relações de solidariedade. (Vasconcelos, 2011. 109-111)

Vasconcelos considera três fatores que correspondem aos dois polos centrais da sociabilidade que associa a convívios familiares, a convívios amicais e a um polo transversal a toda a população: o primeiro fator, designado por comida e ritualidades, associa as idas a restaurantes, o comer em casa de alguém, dormir em casa de alguém, as férias e o natal, em que é conhecida a importância da comensalidade nas sociabilidades, particularmente nas familiares bem como a centralidade das atividades rituais; o segundo fator, que respeita a práticas mais associadas a relações não-familiares; o terceiro e último fator, que agrega duas práticas que acabam por ser práticas transversais ao conjunto das famílias portuguesas com filhos, sendo portanto centrais na produção de sociabilidades. (Vasconcelos, 2011: 96-97)

CAPITULO II

METODOLOGIA

2.1.MODELO DE ANÁLISE E METODOLOGIA

Como já foi referido, as redes sociais têm vindo a ser objeto de estudo de diversos autores (Kellerhals, 2002; Portugal, 2007; Portugal, 1998; Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005; Vasconcelos, 2011). O parentesco constitui um sistema de referência social, que serve para designar o universo dos parentes que cabem pela consanguinidade, pela aliança e pela adoção. Parentesco também é definido como um sistema de classificação dos parentes que designa os comportamentos de evitamento, de respeito, de gracejo, que se pode ter com esses tipos de parentes (Segalen, 1988). Compreender a morfologia e a extensão do parentesco e a sua influência nas redes sociais é colocar a questão sobre o que se troca, a quantidade de trocas e em que direções evoluem (Vasconcelos, 2002).

Assim, analisámos a importância diferencial dos diversos familiares e não familiares e as suas diferentes funcionalidades através das redes de apoio e de sociabilidade que estabeleceram com o ego. Os nossos objetivos foram, por um lado, descritivos, já que pretendemos caracterizar e tipificar a diversidade social das consequências que as ruturas conjugais provocam nas redes sociais, e, por outro lado, explicativos, pois pretendemos alcançar os processos sociais na base da sua diferenciação. Por fim, o centramento desta pesquisa foram famílias (vindas de ruturas conjugais) com filhos das anteriores conjugalidades.

Através do procedimento indutivo (Albarello et al, 1997:97) emergiram-nos as hipóteses, sendo estas suscetíveis de alteração no decurso da investigação. As hipóteses, provenientes da necessidade de explicar como se reestruturam as redes sociais após uma rutura conjugal, apresentam-se como respostas provisórias à pergunta de partida e serão confrontadas com os dados de observação: (Quivy, 1998:101-156)

- Que efeitos sofrem as redes sociais consoante o nível de conflitualidade da rutura conjugal?
Que efeitos para o ego e para os filhos?

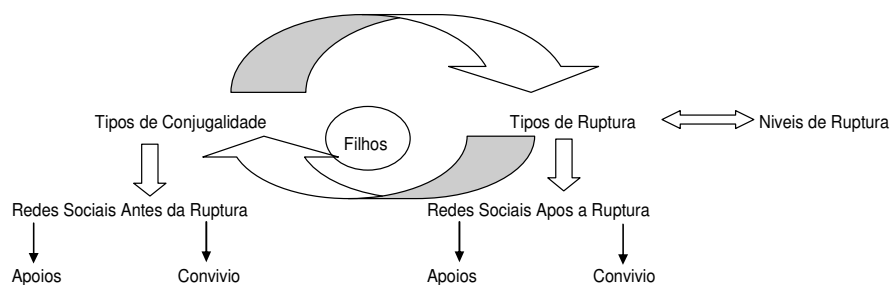
- Será que níveis de maior conflitualidade produzem maiores efeitos para os próprios e para os filhos?

O objeto de construção do modelo de análise traduz-se numa linguagem e em formas que habilitam o trabalho sistemático de recolha e análise de dados, de observação ou de experimentação em fenómenos concretos. O objeto de estudo: as consequências das ruturas conjugais nas redes de apoio e de convivialidade, considerado numa abordagem de várias dimensões permitiu-nos criar um modelo teórico de análise explicativo da realidade social a analisar. (Figura 2.1)

Partindo do conceito de que as redes sociais são compostas não só de familiares como de não familiares, procurou-se analisar o antes e o pós rutura e qual a alteração das redes nestes dois momentos. Assim, abordou-se o tipo de conjugalidade que existia antes da rutura, podendo aquela ser de casamento ou de união de facto, qual a sua duração e posteriormente qual o seu desfecho. Já quanto ao tipo de rutura que ocorreu, divórcio ou separação, tentou-se perceber se foi amigável ou litigioso.

Perante estes dados, foi possível criar dois tipos: a rutura conflitual e a não conflitual, tendo em conta o nível de conflitualidade que a rutura provocou. Por fim, analisaram-se as redes sociais, tanto no que respeita aos apoios bem como as atividades de convívio e de lazer, tanto antes da rutura conjugal, isto é, enquanto a anterior conjugalidade ainda existia, como depois da rutura, após essa conjugalidade deixar de existir, para assim se poderem verificar ou não as diferenças nas referidas redes.

Figura 2.1 Modelo de Análise



A esta análise acresce ainda o facto do surgimento de filhos da anterior conjugalidade (daquela que culminou em rutura), que poderão também ter implicações nas redes sociais e que são analisadas no que respeita às consequências que essa rutura (da relação conjugal dos pais) possa ter causado na relação parental.

A recolha de informação foi efetuada com recurso a uma entrevista semidiretiva, estruturada em função de técnicas decorrentes das dimensões que estruturam a medida de análise de estudo. A opção pela semidiretividade deveu-se ao facto de se desejar manter algum controlo sobre os relatos dos entrevistados e de se controlar desvios dos temas a investigar, permitindo a introdução de temas que os próprios não abordem e o aprofundamento de matérias menos claras. A recolha de informação foi feita através da observação indireta em que o instrumento de observação constitui um guião de entrevista. (Quivy, 1998: 164)

O primeiro grupo de perguntas do mencionado guião de entrevista respeita à caracterização sociográfica dos entrevistados, tendo como objetivo a caracterização socioprofissional dos indivíduos e do seu capital escolar. No grupo de questões seguinte respeitante à conjugalidade que existia antes da rutura conjugal tenta-se perceber como foi o namoro e o casamento e se o casal fazia ou não coisas em conjunto, tendo como intenção perceber que tipo de conjugalidade existia e que tipo de relacionamento tinham os cônjuges. O conjunto de questões seguinte concerne à rutura conjugal e às suas consequências que esta teve no próprio indivíduo e nos filhos, qual o seu impacto nas relações entre o ego e o ex-cônjuge e a família deste, tendo assim como objetivo perceber que tipo de rutura e quais as suas consequências na vida dos entrevistados. No outro grupo de questões respeitante à pós-rutura conjugal, isto é, até dois anos após a rutura, quer-se saber como foi viver sem estar em casal e se os entrevistados mantém uma relação afetiva estável, tendo assim como objetivo perceber se o indivíduo entrou noutra conjugalidade. Ainda um conjunto de questões sobre os filhos, como foi a sua reação à rutura conjugal e que efeitos esta poderá ter provocado na sua vida, tendo assim como intenção

perceber se a vida dos filhos foi ou não afetada pela rutura. Por fim, o último grupo de questões respeita aos apoios, analisando-se tanto antes da rutura conjugal como depois da mesma. Para analisar os apoios, seguiu-se a distinção de apoios efetuada por Vasconcelos (2002; 2011). Ao nível de ajudas quotidianas recebidas distinguiu-se apoio financeiro (dar ou emprestar dinheiro, pagar contas, despesas), apoio material (dar roupa, objetos e alimentos para a família e para a casa), apoio nos serviços domésticos (fazer tarefas domésticas, dar comida feita para levar, etc.), apoio noutros serviços (pequenas reparações na casa, transporte de pessoas, recados, etc.), apoio moral (desabafar, conversar sobre problemas, etc.) e apoios nos cuidados às crianças (tomar conta de dia ou de noite, levar ao médico, à escola). As grandes ajudas, que tenham sido dadas ao longo de todo o ciclo de vida familiar, distinguiram-se em apoios para grandes festas familiares (casamentos, batizados, etc.); dadas de quantias elevadas de dinheiro; oferta ou ajuda na compra de móveis e eletrodomésticos para a casa e para o bebé; dívida de automóveis; receber uma herança; oferta de sociedade empresarial ou dívida de um negócio; empréstimo monetário ou dívida de garantias financeiras (fiança) para grandes compras; dívida de casa (moradia), andar (apartamento), terrenos ou outros bens imóveis; dívida de alojamento por um período de tempo mais ou menos longo ou empréstimo de habitação; e apoios para arranjar emprego. Por fim, no que respeita às atividades de convívio ou de lazer distinguiram-se praticar desporto; ir ao cinema; ir a exposições e museus; ir a espetáculos desportivos; ir ao café ou pastelaria; sair, “dar uma volta”, passear; ir ao restaurante; participar em atividades religiosas; ficar a dormir em casa de alguém ou passar alguns dias; comer em casa de alguém; ir à praia; participar em festividades anuais; ir a espetáculos lúdicos; passar férias. (Anexo A)

Em rigor a população-alvo deste estudo são 10 pessoas, tendo sido realizado pré-teste a 27 indivíduos, que serviu de base para a escolha da referida população por serem as que reuniam as condições essenciais para a investigação. A população tem em comum o facto de terem experienciado uma rutura conjugal e ainda o facto de existirem filhos dessa relação.

2.2 POPULAÇÃO

Como já foi referido, foram entrevistados 10 indivíduos, metade do sexo masculino e outra metade do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 32 e os 55 anos, o que perfaz uma média etária de 42,3 anos. (Quadro 2.1.)

Destes indivíduos 6 residem na zona de Lisboa e arredores, 2 na zona de Torres Vedras e os restantes em Sintra e em Vila Franca de Xira. No que respeita à situação profissional, todos os indivíduos são trabalhadores por conta de outrem. Já no que respeita à escolaridade, 8 indivíduos têm licenciatura ou bacharelato e os restantes o 12º ano. Tendo em consideração a situação conjugal atual, 3 indivíduos encontram-se divorciados, 3 em união de facto, 3 estão solteiros e 1 está casado. A situação conjugal atual dos unidos de factos e do casado é resultante de recasamento. No que concerne ao tipo de conjugalidade anterior, verifica-se que 8 entrevistados tiveram casamentos católicos, 1 teve casamento civil e 1 passou por uma união de facto. No que concerne ao tipo de rutura, verificaram-se 8

divórcios por mútuo consentimento, 1 separação amigável e 1 separação litigiosa. Os entrevistados do sexo feminino são mães guardiãs, ao contrário do sexo masculino. Analisando a idade e o capital escolar dos pais dos entrevistados, verifica-se que a idade é superior nos pais dos entrevistados do que nas mães, tendo em média os primeiros 69 anos e as segundas 67 anos. Também no capital escolar, verifica-se que os pais dos entrevistados têm maior escolaridade do que as mães. O que identicamente se verifica na situação profissional em que a maioria dos pais tem emprego ao contrário das mães. (Quadro 2.1)

Quadro 2.1. Entrevistados

entrevistados	António	José	Sandra	Paulo	Tatiana	Tomás	Telma	Carla	Silvia	Jorge
idade	55	41	41	39	32	37	50	47	46	35
localidade	Odivelas	Lisboa	Vila Franca de Xira	Lisboa	Lourinhã	Torres Vedras	Lisboa	Amadora	Sintra	Lisboa
profissão	engenheiro	contabilista	administrativa	formador	vendedora	vendedor	notária	monitora desporto	professora	director Recursos humanos
escolaridade	licenciatura	bacharelato	bacharelato	mestrado	licenciatura	12º ano	12º ano	licenciatura	licenciatura	licenciatura
situacao actual	vive só	recomposição familiar	recomposição familiar	vive só	vive com os pais e filho	vive só	vive com a mae	vive com a filha	recomposição familiar	recomposição familiar
conjugalidade anterior	casamento catolico	casamento catolico	casamento catolico	casamento catolico	uniao de facto	casamento catolico	casamento catolico	casamento catolico	casamento civil	casamento catolico
tipo de ruptura	divorcio por mutuo consentimento	divorcio por mutuo consentimento	divorcio por mutuo consentimento	divorcio por mutuo consentimento	separação	divorcio por mutuo consentimento	divorcio litigioso	divorcio por mutuo consentimento	divorcio por mutuo consentimento	divorcio por mutuo consentimento
Filhos - sexo e idade	Masculino de 30 anos e Masculino de 29 anos	Masculino de 14 anos	Feminino de 14 anos e Feminino de 11 anos	Feminino de 13 anos	Masculino de 12 anos	Masculino de 3 anos	Feminino de 30 anos	Feminino de 10 anos	Masculino de 19 anos e Feminino de 13 anos	Masculino de 8 anos e Masculino de 5 anos
	pai não guardião	pai não guardião	mãe guardiã	pai não guardião	mãe guardiã	pai não guardião	mãe guardiã	mãe guardiã	mãe guardiã	pai não guardião
idade dos pais	pai 78	mãe 62	65	65	55	65	78	75	75	73
	77	69	62	63	52	60	76	76	65	65
escolaridade dos pais	pai 2º ano	mãe licenciatura	9º ano	licenciatura	5ºano	4ºano	4ºano	licenciatura	curso técnico	4º ano
	4º ano	licenciatura	9º ano	9º ano	4ºano	4ºano	5ºano	9ºano	6ºano	4º ano
profissão dos pais	pai encarregado de obras	mãe economista	alfandegário	professor universitário	proprietário de restaurante	agricultor	enfermeiro	técnico oficial de contas	técnico agrário	comerciante
	mãe doméstica	economista	escriturária	bancária	cabeleireira	doméstica	enfermeiro	doméstica	esteticista	doméstica

Assim, a maioria da população (com uma média etária de 42,3 anos) possui uma licenciatura ou bacharelato; reside em Lisboa; teve como conjugalidade inicial o casamento católico e como tipo de rutura o divórcio por mútuo consentimento. Na relação com os filhos resultantes da conjugalidade inicial, as mães são guardiãs, ao contrário dos pais. Relativamente aos ascendentes dos entrevistados, os pais têm idade superior e possuem maior capital escolar que as mães.

Depois de uma caracterização geral da população, resta analisar sumariamente cada um dos entrevistados para assim fazer uma breve introdução ao que deles se irá falar ao longo da dissertação.

António, atualmente com 55 anos, engenheiro, casou segundo o regime católico em 1979 com Maria Lourdes, atualmente com 55 anos, técnica superior, com a qual teve dois filhos do sexo masculino, atualmente com 29 e 30 anos. A rutura conjugal por divórcio por mútuo consentimento ocorreu em 2000. Hoje não mantém qualquer relação estável, vive só.

José, atualmente com 41 anos, contabilista, casou catolicamente em 1996 com Cristina, atualmente com 41 anos, enfermeira, com a qual teve um filho, atualmente com 14 anos. A rutura conjugal por divórcio por mútuo consentimento ocorreu em 2000. Hoje vive com a Carla, atual companheira, atualmente com 37 anos, contabilista, e com os dois filhos dela.

Sandra, atualmente com 41 anos, técnica administrativa, casou pelo regime católico em 1997 com Manuel, atualmente com 46 anos, desempregado, com o qual teve duas filhas, atualmente com 14 e 11 anos. A rutura conjugal ocorreu em Agosto de 2001 com a separação, mas o divórcio por mútuo

consentimento só aconteceu em Abril de 2002. Atualmente vive com Nuno, atual marido, 39 anos, gestor imobiliário, e com os três filhos, dois do sexo feminino (do primeiro casamento) e um do sexo masculino (do recasamento).

Paulo, atualmente com 39 anos, formador, casou catolicamente em 1998 com Sandra, atualmente com 40 anos, gestora de crédito, com a qual teve uma filha, atualmente com 13 anos. A rutura conjugal por divórcio por mútuo consentimento ocorreu em 2004. Hoje mantém uma relação de namoro com Margarida, 32 anos, assistente social, no entanto vive sozinho.

Tatiana, atualmente com 32 anos, vendedora, uniu-se de facto em 2000 com Nuno, atualmente com 31 anos, comerciante, com o qual teve um filho, atualmente com 12 anos. A rutura por separação ocorreu em Maio de 2008. Hoje mantém uma relação de namoro com o Telmo, 36 anos, vendedor, no entanto continua a viver em casa dos pais com o filho.

Tomás, atualmente com 37 anos, vendedor, casou segundo o regime católico em 1999 com Ana Lúcia, atualmente com 32 anos, administrativa, com a qual teve um filho, atualmente com 3 anos. A rutura conjugal por divórcio por mútuo consentimento ocorreu em Novembro de 2010. Hoje mantém uma relação de namoro com Tânia, 32 anos, vendedora, no entanto vive sozinho e está quinquenalmente com o filho.

Telma, atualmente com 50 anos, notária, casou segundo o regime católico em 1980 com António Fernando, atualmente com 53 anos, publicitário, com o qual teve uma filha, atualmente com 30 anos. A rutura conjugal ocorreu em Junho de 1984 e o divórcio litigioso em 1994. Hoje vive com a mãe.

Carla, atualmente com 47 anos, monitora de desporto, casou segundo regime católico em 1992 com Rui, atualmente com 50 anos, engenheiro civil, com o qual teve uma filha, atualmente com 10 anos. A rutura conjugal por divórcio por mútuo consentimento ocorreu em 2008. Hoje vive com a filha.

Sílvia, atualmente com 46 anos, professora de português do ensino secundário, casou segundo o regime civil em 1994 com Augusto, atualmente com 55 anos, informático, com o qual teve dois filhos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, atualmente com 19 e 13 anos respetivamente. A rutura conjugal por mútuo consentimento aconteceu em 2003. Hoje vive em união de facto com a Aldemira, atual companheira, 58 anos, secretária, e com os dois filhos.

Jorge, atualmente com 35 anos, diretor de recursos humanos, casou segundo regime católico em 2003 com Mariana, atualmente com 32 anos, socióloga, com a qual teve dois filhos, atualmente com 8 e 5 anos. A rutura conjugal por mútuo consentimento ocorreu em 2007. Hoje vive em união de facto com Sara, atual companheira, 27 anos, modelo.

CAPITULO III

IMPACTO DA RUPTURA NAS REDES

Com o intuito de analisar as trajetórias da conjugalidade e da rutura, foram construídos dois tipos de rutura: a conflitual e a não conflitual, tendo em consideração o modo como a conjugalidade culminou, se de modo conflitual ou de modo amistoso. (Anexo C)

Para o desenho destes tipos teve-se em conta a literatura anteriormente mencionada. Para se proceder ao estudo dos apoios antes e depois da rutura seguiu-se a divisão em lógicas de apoio (ajudas quotidianas e grandes ajudas) de Vasconcelos (2002, 2005, 2011). Também quanto à convivialidade seguiu-se as sociabilidades criadas por Vasconcelos (2002, 2005, 2011), no entanto separou-se as catorze atividades tipificadas em quatro lógicas: a de descanso (que inclui as atividades: fazer desporto; sair, “dar uma volta”, passear: ir à praia; passar férias); a de lazer (que inclui as atividades: ir ao cinema; ir a exposições e museus; participar em atividades religiosas); a de espetáculos (que inclui as atividades: ir a espetáculos desportivos; participar em festividades anuais; ir a espetáculos lúdicos); e a de estadia (que inclui as atividades: ir ao café ou pastelaria; ir ao restaurante; ficar ao dormir em casa de alguém ou passar alguns dias; comer em casa de alguém).

Analisaram-se as diferenças de apoios e dos convívios em termos percentuais, e não em termos absolutos, já que assim foi possível demonstrar as disparidades nos dados e entre os dois momentos analisados. Apesar de haver disparidades entre os valores absolutos e as percentagens, acreditou-se que assim demonstrar-se-iam com evidência as diferenças entre os dois momentos. Tal estratégia analítica permite-nos ver quais as proporções exatas de apoios específicos e a sua variação social. De uma forma mais simples, esta estratégia de análise permite-nos responder a questões sobre quantos apoios foram recebidos e de quê. (Vasconcelos, 2011: 150)

Quanto aos dadores, procedeu-se a uma qualificação dos mesmos em categorias agregadas de familiares e não familiares. Dentro dos primeiros, subdividiu-se em cinco subcategorias: a primeira constituída pelos progenitores, a segunda pela fratria e seus cônjuges, a terceira pelos cônjuges, a quarta pelos filhos e a última pelos outros familiares. A subcategoria dos progenitores ainda se ramificou em pais da mulher (englobando o pai da mulher, a mãe da mulher e o casal de pais da mulher), pais do homem (englobando o pai do homem, a mãe do homem e o casal de pais do homem), avós da mulher e avós do homem. A subcategoria dos cônjuges abrangiu o atual cônjuge e o ex-cônjuge. Na categoria não familiares, encontravam-se os amigos e outras pessoas não familiares.

Assim, tendo em conta os tipos de rutura criados, os apoios e s convívios mencionados, as classes de dadores desenvolvidas, foi possível analisar as entrevistas realizadas.

Ao se proceder à análise de todos os apoios recebidos por todos os entrevistados verificou-se que depois da rutura ocorreu uma diminuição de 12,9%. Observou-se também que estes apoios foram dados maioritariamente pelos familiares (76,5% e 74,3%). Assim, as maiores diferenças dos dadores entre estes dois momentos encontraram-se no casal de pais da mulher (-13,1%) e no atual cônjuge (14,9%). (Quadro 3.1)

Quadro 3.1. Todos os apoios nas duas ruturas

Categoria de dadores	antes da ruptura					depois da ruptura					Diferença entre antes e depois
	Quotidiano e alojamento (n=43)	Financeiro e material (n=34)	Empréstimo e dinheiro (n=3)	Herança, imóvel e negocio (n=5)	Total (n=85)	Quotidiano e alojamento (n=57)	Financeiro e material (n=10)	Empréstimo e dinheiro (n=2)	Herança, imóvel e negocio (n=5)	Total (n=74)	
Familiares	65,1%	94,1%	100,0%	40,0%	76,5%	73,7%	90,0%	100,0%	40,0%	74,3%	-2,1%
Progenitores	46,5%	79,4%	100,0%	40,0%	61,2%	35,1%	60,0%	100,0%	40,0%	40,5%	-20,6%
Pais da Mulher	27,9%	50,0%	0,0%	20,0%	33,3%	14,0%	20,0%	50,0%	20,0%	16,2%	-19,1%
Pai da Mulher	4,7%	5,9%	0,0%	0,0%	4,7%	0,0%	20,0%	50,0%	20,0%	5,4%	0,7%
Mãe da Mulher	9,3%	8,8%	0,0%	20,0%	9,4%	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	-6,7%
Casal dos Pais da Mulher	14,0%	35,3%	0,0%	0,0%	21,2%	10,5%	0,0%	0,0%	0,0%	8,1%	-13,1%
Pais do Homem	18,6%	23,5%	33,3%	20,0%	21,2%	17,5%	30,0%	50,0%	20,0%	20,3%	-0,9%
Pai do Homem	0,0%	2,9%	0,0%	20,0%	2,4%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	-1,0%
Mãe do Homem	9,3%	0,0%	0,0%	0,0%	4,7%	3,5%	0,0%	50,0%	0,0%	4,1%	-0,7%
Casal dos Pais do Homem	9,3%	20,6%	33,3%	0,0%	14,1%	12,3%	30,0%	0,0%	20,0%	14,9%	0,7%
Avós da Mulher	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-1,2%
Avós do Homem	0,0%	2,9%	66,7%	0,0%	3,5%	3,5%	10,0%	0,0%	0,0%	4,1%	0,5%
Fratria e seus conjuges	7,0%	5,9%	0,0%	0,0%	5,9%	10,5%	0,0%	0,0%	0,0%	8,1%	2,2%
Conjuges	4,7%	5,9%	0,0%	0,0%	4,7%	19,3%	30,0%	0,0%	0,0%	18,9%	14,2%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17,5%	10,0%	0,0%	0,0%	14,9%	14,9%
Ex-conjuge	4,7%	5,9%	0,0%	0,0%	4,7%	1,8%	20,0%	0,0%	0,0%	4,1%	-0,7%
Filhos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	2,7%
Outros familiares	7,0%	2,9%	0,0%	0,0%	4,7%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	4,1%	-0,7%
Não familiares	34,9%	5,9%	0,0%	60,0%	23,5%	26,3%	10,0%	0,0%	60,0%	25,7%	2,1%
Amigos	23,3%	5,9%	0,0%	60,0%	17,6%	24,6%	0,0%	0,0%	60,0%	23,0%	5,3%
Outras pessoas	11,6%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	1,8%	10,0%	0,0%	0,0%	2,7%	-3,2%
					100,0%					87,1%	-12,9%

No que respeita à convivialidade, verificou-se um aumento da sociabilidade em 10,9%. Observou-se que foram maioritariamente os familiares (61,3% e 62,5%) que participaram nessas atividades. Assim, a maior diferença dos intervenientes entre estes dois momentos encontra-se no ex-cônjuge (-21%) e no atual cônjuge (15,5%). (Quadro 3.2)

Quadro 3.2. Todos os convívios nas duas ruturas

Categoria de dadores	antes da ruptura					depois da ruptura					Diferença entre antes e depois
	Descanso (n=75)	Lazer (n=24)	Espetáculos (n=56)	Estadia (n=83)	total (n=238)	Descanso (n=90)	Lazer (n=34)	Espetáculos (n=60)	Estadia (n=80)	total (n=264)	
Familiares	65,3%	100,0%	73,2%	38,6%	61,3%	65,6%	76,5%	73,3%	45,0%	62,5%	1,2%
Progenitores	8,0%	8,3%	25,0%	19,3%	16,0%	5,6%	2,9%	11,7%	16,3%	9,8%	-6,1%
Pais da Mulher	2,7%	4,2%	14,3%	9,6%	8,0%	2,2%	2,9%	5,0%	7,5%	4,5%	-3,4%
Pai da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe da Mulher	1,3%	4,2%	1,8%	1,2%	1,7%	1,1%	2,9%	0,0%	1,3%	1,1%	-0,5%
Casal dos Pais da Mulher	1,3%	0,0%	12,5%	8,4%	6,3%	1,1%	0,0%	5,0%	6,3%	3,4%	-2,9%
Pais do Homem	4,0%	4,2%	8,9%	6,0%	5,9%	3,3%	0,0%	6,7%	7,5%	4,9%	-1,0%
Pai do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe do Homem	0,0%	4,2%	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,4%
Casal dos Pais do Homem	4,0%	0,0%	8,9%	6,0%	5,5%	3,3%	0,0%	6,7%	7,5%	4,9%	-0,5%
Avós da Mulher	0,0%	0,0%	1,8%	2,4%	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	0,4%	-0,9%
Avós do Homem	1,3%	0,0%	0,0%	1,2%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,8%
Fratria e seus conjuges	9,3%	8,3%	10,7%	2,4%	7,1%	8,9%	5,9%	10,0%	6,3%	8,0%	0,8%
Conjuges	22,7%	58,3%	19,6%	10,8%	21,4%	18,9%	17,6%	16,7%	11,3%	15,9%	-5,5%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	18,9%	17,6%	15,0%	11,3%	15,5%	15,5%
Ex-conjuge	22,7%	58,3%	19,6%	10,8%	21,4%	0,0%	0,0%	1,7%	0,0%	0,4%	-21,0%
Filhos	22,7%	12,5%	17,9%	4,8%	14,3%	28,9%	38,2%	26,7%	11,3%	24,2%	10,0%
Outros familiares	2,7%	12,5%	0,0%	1,2%	2,5%	3,3%	11,8%	8,3%	0,0%	4,5%	2,0%
Não familiares	34,7%	0,0%	26,8%	61,4%	38,7%	34,4%	23,5%	26,7%	55,0%	37,5%	-1,2%
Amigos	34,7%	0,0%	26,8%	61,4%	38,7%	34,4%	23,5%	26,7%	55,0%	37,5%	-1,2%
Outras pessoas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
					100%					110,9%	10,9%

Por conseguinte, somente uma análise mais aprofundada dos tipos criados (conflitual e não conflitual) torna possível uma verdadeira comparação destas diferenças.

3.1. RUPTURA CONFLITUAL E REDES SOCIAIS

O tipo de rutura conflitual tem como característica primordial o facto de a conjugalidade ter culminado de forma conflitual, em que não houve acordo relativamente ao findar da relação conjugal. Neste tipo encontram-se as situações de José, Tatiana, Telma, Carla, Jorge e Sandra. Apesar de ser um único tipo de rutura conflitual, criaram-se dois subtipos respeitantes a duas formas de culminar da relação: a intervenção de um terceiro (nos casos de José, Carla e Jorge); e a libertação de uma relação prisional (nos casos de Sandra, Tatiana e Telma). Nestes casos, a conjugalidade culminou de forma não amistosa, tendo a quebra da relação conjugal como justificação a intromissão de uma terceira pessoa ou a libertação de uma relação prisional.

Comparando os apoios recebidos pelos entrevistados mencionados no antes e no após da rutura conjugal, verificou-se uma diminuição de 6,5%. Observou-se que foram os familiares (84,8% e 81,4%) os principais dadores de apoio, em especial os pais da mulher (41,3% e 25,6%). As maiores diferenças dos dadores entre estes dois momentos encontram-se nos pais da mulher (-15,7%) e no atual cônjuge (16,3%). (Quadro 3.3)

Quadro 3.3. Apoios na Rutura Conflitual

Categoria de dadores	antes da rutura					depois da rutura					Diferença entre antes e depois
	Quotidiano e alojamento (n=22)	Financeiro e material (n=20)	Empréstimo e dinheiro (n=3)	Herança, imóvel e negocio (n=1)	total (n=46)	Quotidiano e alojamento (n=34)	Financeiro e material (n=7)	Empréstimo e dinheiro (n=1)	Herança, imóvel e negocio (n=1)	total (n=43)	
Familiares	68,2%	100,0%	100,0%	100,0%	84,8%	79,4%	85,7%	100,0%	100,0%	81,4%	-3,4%
Progenitores	45,5%	80,0%	100,0%	100,0%	65,2%	47,1%	57,1%	100,0%	100,0%	51,2%	-14,1%
Pais da Mulher	31,8%	55,0%	0,0%	100,0%	41,3%	20,6%	28,6%	100,0%	100,0%	25,6%	-15,7%
Pai da Mulher	4,5%	10,0%	0,0%	0,0%	6,5%	0,0%	28,6%	100,0%	100,0%	9,3%	2,8%
Mãe da Mulher	13,6%	10,0%	0,0%	100,0%	13,0%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	-10,7%
Casal dos Pais da Mulher	13,6%	35,0%	0,0%	0,0%	21,7%	17,6%	0,0%	0,0%	0,0%	14,0%	-7,8%
Pais do Homem	13,6%	15,0%	33,3%	0,0%	15,2%	20,6%	28,6%	0,0%	0,0%	20,9%	5,7%
Pai do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe do Homem	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%	4,3%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	-2,0%
Casal dos Pais do Homem	4,5%	15,0%	33,3%	0,0%	10,9%	17,6%	28,6%	0,0%	0,0%	18,6%	7,7%
Avós da Mulher	0,0%	5,0%	0,0%	0,0%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-2,2%
Avós do Homem	0,0%	5,0%	66,7%	0,0%	6,5%	5,9%	0,0%	0,0%	0,0%	4,7%	-1,9%
Fratria e seus conjuges	13,6%	10,0%	0,0%	0,0%	10,9%	14,7%	0,0%	0,0%	0,0%	11,6%	0,8%
Conjuges	9,1%	10,0%	0,0%	0,0%	8,7%	17,6%	28,6%	0,0%	0,0%	18,6%	9,9%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17,6%	14,3%	0,0%	0,0%	16,3%	16,3%
Ex-conjuge	9,1%	10,0%	0,0%	0,0%	8,7%	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	2,3%	-6,4%
Filhos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros familiares	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não familiares	31,8%	0,0%	0,0%	0,0%	15,2%	20,6%	14,3%	0,0%	0,0%	18,6%	3,4%
Amigos	18,2%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%	17,6%	0,0%	0,0%	0,0%	14,0%	5,3%
Outras pessoas	13,6%	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%	2,9%	14,3%	0,0%	0,0%	4,7%	-1,9%
					100%					93,5%	-6,5%

Antes da rutura conjugal, distinguindo os apoios nas quatro lógicas criadas, na lógica do quotidiano e alojamento, os apoios foram dados por amigos (18,2%), outras pessoas não familiares (13,6%), mãe da mulher (13,6%), casal de pais da mulher (13,6%), fratria (13,6%), mãe do homem (9,1%), ex-cônjuge (9,1%), pai da mulher (4,6%) e casal de pais do homem (4,6%). Na lógica financeira e material, os apoios foram dados por casal dos pais da mulher (35%), casal dos pais do homem (15%), pai da mulher (10%), mãe da mulher (10%), fratria (10%), ex-cônjuge (10%), avós da mulher (5%) e avós do homem (5%). Na lógica de empréstimo e dinheiro, os apoios foram dados por avós do homem (66,7%) e casal de pais do homem (33,3%). Por fim, na lógica de herança, imóvel e negócio, os apoios foram dados pela mãe da mulher. Assim, antes da rutura, estes entrevistados receberam apoios de casal de pais da mulher (21,7%), casal de pais do homem (10,8%), fratria (10,8%), mãe da mulher (13%), ex-cônjuge (8,7%), amigos (8,7%), pai da mulher (6,5%), avós do homem (6,5%), outras pessoas não familiares (6,5%), mãe do homem (4,4%) e avós da mulher (2,2%).

Após a rutura conjugal, na lógica de quotidiano e alojamento os apoios foram dados por casal dos pais da mulher (17,7%), casal dos pais do homem (17,7%), atual cônjuge (17,7%), amigos (17,7%), fratria (14,7%), avós do homem (5,9%), mãe da mulher (2,9%), mãe do homem (2,9%) e outras pessoas não familiares (2,9%). Na lógica financeira e material, os apoios foram dados por pai da mulher (28,6%), casal de pais do homem (28,6%), atual cônjuge (14,3%), ex-cônjuge (14,3%) e outras pessoas não familiares (14,3%). Na lógica de empréstimo e dinheiro, os apoios foram dados pelo pai da mulher. Já na lógica herança, imóvel e negócio os apoios foram dados pelo pai da mulher.

No que concerne às atividades de sociabilidade, comparando o antes com o após da rutura conjugal as mesmas aumentaram 11,7%. Observou-se que foram os familiares (75% e 74,1%) que

conviveram mais com os entrevistados, em especial antes da ruptura os ex-cônjuges (24,2%) e após a ruptura os filhos (28,7%). As maiores diferenças dos intervenientes entre estes dois momentos encontram-se nos ex-cônjuges (-24,2%) e no atual cônjuge (17,5%). (Quadro 3.4)

Quadro 3.4. Convívios na Rutura Conflitual

Categoria de dadores	antes da ruptura					depois da ruptura					Diferença entre antes e depois
	Descanso (n=41)	Lazer (n=15)	Espetáculos (n=33)	Estadia (n=39)	total (n=128)	Descanso (n=51)	Lazer (n=23)	Espetáculos (n=33)	Estadia (n=36)	total (n=143)	
Familiares	80,5%	100,0%	78,8%	56,4%	75,0%	72,5%	87,0%	81,8%	61,1%	74,1%	-0,9%
Progenitores	12,2%	6,7%	30,3%	28,2%	21,1%	5,9%	4,3%	15,2%	22,2%	11,9%	-9,2%
Pais da Mulher	4,9%	6,7%	18,2%	15,4%	11,7%	3,9%	4,3%	9,1%	13,9%	7,7%	-4,0%
Pai da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe da Mulher	2,4%	6,7%	3,0%	2,6%	3,1%	2,0%	4,3%	0,0%	0,0%	1,4%	-1,7%
Casal dos Pais da Mulher	2,4%	0,0%	15,2%	12,8%	8,6%	2,0%	0,0%	9,1%	13,9%	6,3%	-2,3%
Pais do Homem	4,9%	0,0%	9,1%	7,7%	6,3%	2,0%	0,0%	6,1%	8,3%	4,2%	-2,1%
Pai do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Casal dos Pais do Homem	4,9%	0,0%	9,1%	7,7%	6,3%	2,0%	0,0%	6,1%	8,3%	4,2%	-2,1%
Avós da Mulher	0,0%	0,0%	3,0%	2,6%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-1,6%
Avós do Homem	2,4%	0,0%	0,0%	2,6%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-1,6%
Fratrã e seus conjuges	12,2%	13,3%	15,2%	5,1%	10,9%	7,8%	8,7%	9,1%	11,1%	9,1%	-1,8%
Conjuges	24,4%	53,3%	21,2%	15,4%	24,2%	21,6%	17,4%	15,2%	13,9%	17,5%	-6,7%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	21,6%	17,4%	15,2%	13,9%	17,5%	17,5%
Ex-conjuge	24,4%	53,3%	21,2%	15,4%	24,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-24,2%
Filhos	26,8%	6,7%	12,1%	5,1%	14,1%	33,3%	39,1%	30,3%	13,9%	28,7%	14,6%
Outros familiares	4,9%	20,0%	0,0%	2,6%	4,7%	3,9%	17,4%	12,1%	0,0%	7,0%	2,3%
Não familiares	19,5%	0,0%	21,2%	43,6%	25,0%	27,5%	13,0%	18,2%	38,9%	25,9%	0,9%
Amigos	19,5%	0,0%	21,2%	43,6%	25,0%	27,5%	13,0%	18,2%	38,9%	25,9%	0,9%
Outras pessoas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
					100,0%					111,7%	11,7%

Antes da ruptura, na lógica do descanso, sociabilizaram com os entrevistados os filhos (26,8%), ex-cônjuge (24,4%), amigos (19,5%), fratria (12,2%), casal dos pais do homem (4,9%), outros familiares (4,9%), mãe da mulher (2,4%), casal dos pais da mulher (2,4%) e avós do homem (2,4%). Na lógica do lazer, as atividades foram partilhadas com ex-cônjuges (53,3%), outros familiares (20%), fratria (13,3%), mãe da mulher (6,7%) e filhos (6,7%). Na lógica dos espetáculos, os entrevistados conviveram ex-cônjuge (21,2%), amigos (21,2%), casal dos pais da mulher (15,2%), fratria (15,2%), filhos (12,1%), casal dos pais do homem (9,1%), mãe da mulher (3%) e avós da mulher (3%). Por último, na lógica da estadia, as atividades foram compartilhadas com amigos (43,6%), ex-cônjuge (15,4%), casal de pais da mulher (12,8%), casal dos pais do homem (7,7%), fratria (5,1%), filhos (5,1%), mãe da mulher (2,6%), avós da mulher (2,6%), avós do homem (2,6%) e outros familiares (2,6%). Assim, antes da ruptura, estes entrevistados conviveram com amigos (25%), ex-cônjuge (24,2%), filhos (14,1%), fratria (10,9%), casal de pais da mulher (8,6%), casal de pais do homem (6,3%), outros familiares (4,7%), mãe da mulher (3,1%), avós da mulher (1,6%) e avós do homem (1,6%).

Já depois da ruptura conjugal, na lógica de descanso, os intervenientes que partilharam estas atividades com os entrevistados foram filhos (33,3%), amigos (27,5%), atual cônjuge (21,6%), fratria (7,8%), outros familiares (3,9%), mãe da mulher (2%), casal dos pais da mulher (2%) e casal dos pais do homem (2%). Na lógica do lazer, os entrevistados conviveram com filhos (39,1%), atual cônjuge (17,4%), outros familiares (17,4%), amigos (13%), fratria (8,7%) e mãe da mulher (4,4%). Na lógica de espetáculos, as atividades foram partilhadas com filhos (30,3%), amigos (18,2%), atual cônjuge (15,2%), outros familiares (12,1%), casal dos pais da mulher (9,1%), fratria (9,1%) e casal dos pais do homem (6,1%). Na lógica da estadia, os entrevistados conviveram com amigos (38,9%), casal dos pais

da mulher (13,9%), atual cônjuge (13,9%), filhos (13,9%), fratria (11,1%) e casal dos pais do homem (8,3%).

Por conseguinte, nos entrevistados do tipo de rutura conflitual verificou-se uma diminuição muito pequena dos apoios (cerca de 6 %); os familiares foram os primordiais dadores desses apoios em ambos os momentos (por volta de 80%); as atividades de convívio e de lazer aumentaram (cerca de 12%) e também aqui denotou-se a preponderância familiar.

Não obstante, terem sido criados dois tipos de rutura, em específico na rutura conflitual foram diferenciados dois subtipos, tendo em conta o facto de ter aparecido uma terceira pessoa na relação conjugal ou o facto de a relação conjugal ser considerada como uma “prisão da qual as entrevistadas se querem libertar”.

3.1.1. Intervenção de um terceiro

Como já mencionado, na subcategoria de intervenção de um terceiro encontram-se as situações de José, Carla e Jorge, nas quais o aparecimento de uma terceira pessoa no seio da conjugalidade veio a ser a causa principal da rutura conjugal. Tal surgimento de uma terceira pessoa pode ocorrer tanto na vida dos entrevistados como na vida dos seus ex-cônjuges. Nos entrevistados em apreço, o aparecimento desse terceiro elemento surge nos entrevistados do sexo masculino (José e Jorge) e na vida do ex-cônjuge da entrevistada Carla.

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura conjugal, verificou-se uma diminuição de 37%. Observou-se que foram os familiares (81,5% e 64,7%) os principais dadores, em especial antes da rutura os pais do homem (18,5%) e a fratria (18,5%) e após a rutura a fratria (29,4%). As maiores diferenças nos dadores nesses dois momentos encontraram-se no casal dos pais do homem (-12,6%) e nos amigos (14,6%). (Quadro 3.5)

Quadro 3.5. Apoios na Rutura Conflitual de Intervenção de Terceiro

Categoria de dadores	antes da ruptura					depois da ruptura					Diferença entre antes e depois
	Quotidiano e alojamento (n=14)	Financeiro e material (n=11)	Emprestimo e dinheiro (n=11)	Herança, imovel e negocio (n=0)	total (n=27)	Quotidiano e alojamento (n=16)	Financeiro e material (n=1)	Emprestimo e dinheiro (n=0)	Herança, imovel e negocio (n=0)	total (n=17)	
Familiares	64,3%	100,0%	100,0%	0,0%	81,5%	62,5%	100,0%	0,0%	0,0%	64,7%	-16,8%
Progenitores	28,6%	63,6%	100,0%	0,0%	48,1%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	23,5%	-24,6%
Pais da Mulher	7,1%	36,4%	0,0%	0,0%	18,5%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	-12,6%
Pai da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Casal dos Pais da Mulher	7,1%	36,4%	0,0%	0,0%	18,5%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	-12,6%
Pais do Homem	21,4%	27,3%	50,0%	0,0%	25,9%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	-20,0%
Pai do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe do Homem	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	7,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-7,4%
Casal dos Pais do Homem	7,1%	27,3%	50,0%	0,0%	18,5%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	-12,6%
Avós da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Avós do Homem	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	3,7%	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%	11,8%	8,1%
Fratria e seus conjuges	21,4%	18,2%	0,0%	0,0%	18,5%	31,3%	0,0%	0,0%	0,0%	29,4%	10,9%
Conjuges	14,3%	18,2%	0,0%	0,0%	14,8%	6,3%	100,0%	0,0%	0,0%	11,8%	-3,1%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	5,9%
Ex-conjuge	14,3%	18,2%	0,0%	0,0%	14,8%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	5,9%	-8,9%
Filhos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros familiares	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não familiares	35,7%	0,0%	0,0%	0,0%	18,5%	37,5%	0,0%	0,0%	0,0%	35,3%	16,8%
Amigos	28,6%	0,0%	0,0%	0,0%	14,8%	31,3%	0,0%	0,0%	0,0%	29,4%	14,6%
Outras pessoas	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	2,2%
					100,0%					63,0%	-37,0%

Antes da rutura, na lógica de quotidiano e alojamento, os apoios foram dados por amigos (28,6%), fratria (21,4%), mãe do homem (14,3%), ex-cônjuge (14,3%), casal dos pais da mulher

(7,1%), casal dos pais do homem (7,1%) e outras pessoas não familiares (7,1%). Na lógica financeira e material, estes entrevistados receberam apoios de casal dos pais da mulher (36,4%), casal dos pais do homem (27,3%), fratria (18,2%) e ex-cônjuge (18,2%). Na lógica de empréstimo e dinheiro, os apoios foram dados por avós do homem (50%) e casal de pais do homem (50%). Portanto, nesta fase, estes entrevistados receberam apoios de casal de pais do homem (18,5%), casal de pais da mulher (18,5%), fratria (18,5%), ex-cônjuge (14,8%), amigos (14,8%), mãe do homem (7,4%), avós do homem (3,7%), e outras pessoas não familiares (3,7%).

Após a rutura, na lógica de quotidiano e alojamento, os apoios foram dados por fratria (31,3%), amigos (31,3%), avós do homem (12,5%), casal dos pais da mulher (6,3%), casal de pais do homem (6,3%), atual cônjuge (6,3%) e outras pessoas não familiares (6,3%). Na lógica financeira e material, o único apoio foi dado pelo ex-cônjuge. Depois da rutura, estes entrevistados perderam os apoios de casal de pais da mulher (-12,6%), casal dos pais do homem (-12,6%), ex-cônjuge (-8,9%) e mãe do homem (-7,4%). No entanto, ganharam apoio de amigos (14,6%), fratria (10,9%), avós do homem (8,1%), atual cônjuge (5,9%) e outras pessoas não familiares (2,2%).

No que concerne à convivialidade, comparando o antes e após a rutura verificou-se que os convívios diminuíram 1,5%. Observou-se ainda que quem conviveu mais com estes entrevistados foram os familiares (57,6% e 60%), em especial antes da rutura o ex-cônjuge (19,7%) e depois da rutura a fratria (18,5%). As maiores diferenças de intervenientes entre os dois momentos encontraram-se no ex-cônjuge (-19,7%) e no atual cônjuge (13,8%). (Quadro 3.6.)

Quadro 3.6. Convívios na Rutura Conflitual de Intervenção de Terceiro

Categoria de dadores	antes da rutura					depois da rutura					Diferença entre antes e depois
	Descanso (n=19)	Lazer (n=7)	Espetáculos (n=20)	Estadia (n=20)	total (n=66)	Descanso (n=24)	Lazer (n=6)	Espetáculos (n=15)	Estadia (n=20)	total (n=65)	
Familiares	57,9%	100,0%	65,0%	35,0%	57,6%	58,3%	100,0%	60,0%	50,0%	60,0%	2,4%
Progenitores	15,8%	0,0%	25,0%	15,0%	16,7%	8,3%	0,0%	20,0%	15,0%	12,3%	-4,4%
Pais da Mulher	5,3%	0,0%	15,0%	5,0%	7,6%	4,2%	0,0%	6,7%	5,0%	4,6%	-3,0%
Pai da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe da Mulher	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	4,2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%
Casal dos Pais da Mulher	0,0%	0,0%	15,0%	5,0%	6,1%	0,0%	0,0%	6,7%	5,0%	3,1%	-3,0%
Pais do Homem	5,3%	0,0%	10,0%	10,0%	7,6%	4,2%	0,0%	13,3%	10,0%	7,7%	0,1%
Pai do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Casal dos Pais do Homem	5,3%	0,0%	10,0%	10,0%	7,6%	4,2%	0,0%	13,3%	10,0%	7,7%	0,1%
Avós da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Avós do Homem	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-1,5%
Fratria e seus conjuges	10,5%	28,6%	10,0%	10,0%	12,1%	16,7%	33,3%	13,3%	20,0%	18,5%	6,3%
Conjuges	15,8%	57,1%	20,0%	10,0%	19,7%	12,5%	33,3%	13,3%	10,0%	13,8%	-5,9%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,5%	33,3%	13,3%	10,0%	13,8%	13,8%
Ex-conjuge	15,8%	57,1%	20,0%	10,0%	19,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-19,7%
Filhos	15,8%	14,3%	10,0%	0,0%	9,1%	20,8%	33,3%	13,3%	5,0%	15,4%	6,3%
Outros familiares	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não familiares	42,1%	0,0%	35,0%	65,0%	42,4%	41,7%	0,0%	40,0%	50,0%	40,0%	-2,4%
Amigos	42,1%	0,0%	35,0%	65,0%	42,4%	41,7%	0,0%	40,0%	50,0%	40,0%	-2,4%
Outras pessoas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
					100,0%					98,5%	-1,5%

Antes da rutura, no âmbito da lógica de descanso, as atividades de convívio e de lazer foram partilhadas com amigos (42,1%), ex-cônjuge (15,8%), filhos (15,8%), fratria (10,5%), mãe da mulher (5,3%), casal de pais do homem (5,3%) e avós do homem (5,3%). Na lógica do lazer, o convívio foi realizado com o ex-cônjuge (57,1%), fratria (28,6%) e filhos (14,3%). Na lógica de espetáculos, estes entrevistados partilharam atividades com amigos (35%), ex-cônjuge (20%), casal de pais da mulher (15%), casal de pais do homem (10%), fratria (10%) e filhos (10%). Na lógica de estadia, as atividades de convívio foram partilhadas com amigos (65%), casal de pais do homem (10%), fratria (10%), ex-

cônjuge (10%) e casal de pais da mulher (5%). Portanto, nesta fase, estes entrevistados conviveram com amigos (42,4%), ex-cônjuge (19,7%), fratria (12,15%), filhos (9,1%), casal de pais do homem (7,6%), casal de pais da mulher (6,1%), mãe da mulher (1,5%) e avós do homem (1,5%).

Já depois da rutura conjugal na lógica de descanso, os convívios foram realizados entre estes entrevistados e amigos (41,7%), filhos (20,8%), fratria (16,7%), atual cônjuge (12,5%), mãe da mulher (4,2%) e casal dos pais do homem (4,2%). Na lógica de lazer, as atividades foram partilhadas com fratria (33,3%), atual cônjuge (33,3%) e filhos (33,3%). Na lógica de espetáculos, os convívios foram realizados com amigos (40%), casal de pais do homem (13,3%), fratria (13,3%), atual cônjuge (13,3%), filhos (13,3%) e casal de pais da mulher (6,7%). Já na lógica de estadia, as atividades foram compartilhadas com amigos (50%), fratria (20%), casal dos pais do homem (10%), atual cônjuge (10%), casal de pais da mulher (5%) e filhos (5%). Assim, verificou-se que depois da rutura, os entrevistados deixaram de partilhar atividades de convívio e lazer com ex-cônjuge (-19,7%), casal de pais da mulher (-3%), amigos (-2,4%) e avós do homem (-1,5%). No entanto, aumentaram o convívio com atual cônjuge (13,8%), filhos (6,3%), fratria (6,3%) e casal de pais do homem (0,1%).

Por conseguinte, verificou-se nestes entrevistados uma significativa diminuição de apoios (37%); os familiares são os primordiais dadores desses apoios (com cerca de 70%); os convívios diminuíram 1,5% e também aqui demonstrou-se a preponderância familiar (com cerca de 60%).

Analisa-se de seguida cada um dos entrevistados deste subtipo de intervenção de terceiro.

3.1.1.1. José

José casou com Cristina, com a qual teve um filho. Durante o casamento, tinham atividades em comum e cada um tinha o seu grupo de amigos. A rutura conjugal começou em 2000, quando José saiu de casa, no entanto o divórcio só ocorreu em 2001, por “a vida se ter tornado extremamente rotineira e depois ter aparecido outra pessoa no meu caso”. Tal rutura teve como consequência “o reiniciar tudo aos 30 anos.”

Após a rutura, José mantém contacto somente com a ex-mulher, mas não com a família dela. “Quando é preciso falar qualquer coisa sobre o miúdo a gente fala”. O facto de viver sem estar em casal levou a que “a relação atual seja mais aberta”. Hoje vive com a Carla e com os dois filhos dela. Esperava voltar a viver com alguém, no entanto “não esperava que as coisas corressem como correram”. Já quanto ao filho, tem hoje uma relação “fabulosa” com ele.

Quanto à reação do filho à rutura e aos efeitos da rutura na vida dele, pareceu a José não ter tido peso determinante pelo facto de o filho ter dois anos. “Eu continuei a ir vê-lo praticamente todos os dias e a ir buscá-lo à escola. Ele reagiu pior aos cinco anos, quando se apercebeu por que é que o pai não estava em casa. Nessa fase tivemos que lhe falar, explicar o que é que tinha acontecido”. “O facto de ele ser muito fechado sobre ele próprio é capaz de ter sido provocado pelo divórcio”.

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura conjugal, verificou-se que uma diminuição desses apoios. Antes da rutura, José recebeu apoios dos seus pais enquanto casal, sogros

enquanto casal, sua mãe, seus avós e ex-cônjuge. Após a rutura, o único apoio que recebeu foi dos seus avós.

No que concerne à convivialidade, comparando o antes e após a rutura verificou-se que um aumento do convívio. Antes da rutura, José conviveu com amigos, seus pais enquanto casal, ex-cônjuge, seus sogros enquanto casal e seus avós. Já depois da rutura conjugal, José conviveu com amigos, os seus pais, a atual cônjuge e o seu filho.

Para além de receber apoios, José também deu apoios, depois da rutura conjugal na lógica de empréstimo e dinheiro, à ex-cônjuge e ao seu filho. “Comecei a pagar uma pensão ao miúdo e à minha ex-mulher.”

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta provocou mudanças principalmente na rede amical que provinha do outro cônjuge, pois “com exceção de uma pessoa, todos os laços de amizade que tinha antes do divórcio quebraram-se.” A relação entre José e os dadores não ficou afetada. Devido à rutura conjugal mudou o seu tipo de vida, no sentido em que “considero-me muito mais otimista em relação às pessoas.”

No entanto, o seu filho após a rutura conjugal dos pais mantém contacto com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge, pois “ficou lá viver”.

3.1.1.2.Carla

Carla casou com Rui, com o qual teve uma filha. Durante o casamento, as coisas complicaram-se devido à dificuldade de Carla em ter filhos. “Eu já fui mãe tarde”. Em comum saíam com amigos e em família. A rutura conjugal ocorreu devido ao facto de “ele ter começado uma obra nova. Quando tudo parecia normalizado, estava a entrar tudo no ritmo, apanhei mensagens, telefonemas. A partir daí resolvi que não valia a pena continuar mais aquele casamento por razão nenhuma”. O divórcio na vida de Carla só “teve benefícios. De certa forma com a pensão da filha e com a pensão que ele me dá, melhorei um bocadinho o meu nível de vida”.

Após a rutura conjugal, mantém uma relação boa com o ex-marido bem como com a família dele. O facto de viver sem estar em casal custa-lhe muito, pois “sou uma mulher para viver acompanhada”. Hoje tem uma relação “sempre de amizade” com a filha.

Quanto à reação da filha à rutura, “falámos com ela. Foi ela que me segurou na mão.” No que respeita aos efeitos da rutura na vida dela, Carla pensa que “a filha teve que crescer muito rapidamente. Ela teve que ser acompanhada por uma psicóloga na escola. A Ema é uma menina que não põe cá para fora os medos dela, revela-os através das ações. E isso revelou-se nos testes, no comportamento mais agressivo, mais distraído na escola e nas notas.”

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura, ocorreu uma diminuição. Antes da rutura, Carla recebeu apoios da fratria, ex-cônjuge, seus pais enquanto casal e amigos. Depois da rutura, os dadores de apoio foram a fratria, seus pais enquanto casal, ex-cônjuge e amigos.

No que concerne à convivialidade, comparando o antes e o após da rutura, os convívios de Carla com os intervenientes aumentaram. Antes da rutura, Carla conviveu com fratria, a sua filha, ex-

cônjuge, seus pais enquanto casal e sua mãe. Já depois da rutura, Carla conviveu com a fratria, a sua filha, os amigos, os seus pais enquanto casal e sua mãe.

Para além de receber apoios, Carla também deu apoios, depois da rutura conjugal na lógica financeira e material, à fratria e aos amigos. “Apoiei em festas as irmãs e a amiga Eugénia.”

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta provocou mudanças, melhorando, “porque antes vivia muito para o meu casamento e para a Ema. Depois passei a estar mais com os meus amigos.” A relação entre Carla e os dadores não ficou afetada, porque “foram pessoas que sempre me apoiaram”. Devido à rutura mudou o seu tipo de vida, no sentido em que “ganhei mais liberdade em termos financeiros e pude receber os meus amigos e a minha família em minha casa.”

No entanto, a sua filha, após a rutura conjugal dos pais, mantém contacto com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge, porque “vai lá de quinze em quinze dias.”

3.1.1.3. Jorge

Jorge casou com Mariana, com a qual teve dois filhos. O namoro foi complicado devido à distância geográfica. Com o casamento, a Mariana veio dos Açores para o continente. Tinham atividades em comum e passeavam com os amigos de cada um. “Tínhamos atividades em comum, íamos ao cinema, ao teatro. Desde criança sou praticante de surf e ia com os meus amigos. A Mariana tem as suas atividades de voluntariado.” A rutura conjugal ocorreu devido ao aparecimento de uma nova pessoa na vida de Jorge e pelo facto de “a vida a dois já estar instável”. O divórcio na vida de Jorge teve como consequência “mais pesada a distância dos seus filhos, já que residem com a mãe nos Açores”.

Após a rutura conjugal, tem uma excelente relação com a ex-mulher e com a família dela tem contactos esporádicos. Hoje tem uma relação “ótima com os filhos, que, apesar da distância, passam todos os períodos de férias comigo e eu também os visito com bastante assiduidade”.

Quanto à reação dos filhos à rutura e aos efeitos desta na vida deles, Jorge crê que os filhos “não se aperceberam por serem demasiado pequenos” e que a repercussão foi pequena na vida deles. “Creio que já se habituaram, porque cresceram com a realidade dos pais separados.” “Apesar da separação, considero que sempre fui um pai muito presente.”

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura, verifica-se que houve uma manutenção de apoios. Antes da rutura, recebeu apoios dos amigos, seus pais enquanto casal, seus sogros enquanto casal e outras pessoas não familiares. Depois da rutura, Jorge teve o apoio de amigos, seus pais enquanto casal, atual cônjuge e outras pessoas não familiares.

No que concerne à convivialidade, comparando o antes e o após a rutura, os convívios diminuíram. Antes da rutura, Jorge conviveu com amigos, ex-cônjuge, seus pais enquanto casal e seus sogros enquanto casal. Já após a rutura, Jorge conviveu com amigos, atual cônjuge, seus pais enquanto casal e filhos.

Para além de receber apoios, Jorge também deu apoios antes da rutura conjugal na lógica financeira e material aos amigos. “Dei empréstimo monetário ao Francisco e à Maria.”

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta não provocou mudanças, pois “as amizades mantêm-se, terá havido uma ou outra pessoa que tenho menos contacto agora, porque eram do círculo da Mariana.” A relação entre Jorge e os dadores não ficou afetada, porque “creio que a nível relacional mantenho o mesmo enquadramento que antes da separação”. Devido à rutura conjugal mudou o seu tipo de vida, no sentido em que “as necessidades logísticas tiveram que serem adaptadas em função da distância geográfica entre mim e os meus filhos.”

No entanto, os seus filhos, após a rutura conjugal dos pais mantêm contacto com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge, porque “estão com a mãe e com os pais dela.”

3.1.2.Libertação de uma relação prisional

Como já referido, na subcategoria de libertação de uma relação prisional encontram-se as situações de Sandra, Tatiana e Telma, para as quais a rutura fez com que se libertassem de uma relação conjugal que “as sufocava” e que “as prendia”. Para estas entrevistadas, a rutura foi “um alívio”, foi “a melhor coisa que lhes podia ter acontecido”, trouxe-lhes” independência e liberdade”. Assim, a relação conjugal era considerada como algo que “as prendia”, que “as fazia depender do outro cônjuge” e “da própria relação”.

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura conjugal, ocorreu um aumento de apoios de 36,8%. Observou-se que foram os familiares (89,5% e 92,3%) que deram a maioria desses apoios, em especial antes da rutura a mãe da mulher (31,6%) e depois da rutura casal de pais do homem (26,9%). As maiores diferenças nos dadores nesses dois momentos encontraram-se na mãe da mulher (-27,7%) e casal dos pais do homem (26,9%).

Antes da rutura, na lógica de quotidiano e alojamento, os apoios foram dados por mãe da mulher (37,5%), casal de pais da mulher (25%), outras pessoas não familiares (25%) e pai da mulher (12,5%). Na lógica financeira e material, estes entrevistados receberam apoios de casal de pais da mulher (33,3%), pai da mulher (22,2%), mãe da mulher (22,2%), avós da mulher (11,1%) e avós do homem (11,1%). Na lógica de empréstimo e dinheiro, os apoios foram dados por avós do homem. Já na lógica de herança, imóvel e negócio, o único apoio foi dado pela mãe da mulher. Portanto, nesta fase, estes entrevistados receberam apoios de mãe da mulher (31,6%), casal de pais da mulher (26,3%), pai da mulher (15,8%), avós do homem (10,5%), outras pessoas não familiares (10,5%) e avós da mulher (5,3%). (Quadro 3.7.)

Após a rutura, na lógica de quotidiano e alojamento, os apoios foram dados por casal de pais da mulher (27,8%), casal de pais do homem (27,8%), atual cônjuge (27,8%), mãe da mulher (5,6%), mãe do homem (5,6%) e amigos (5,6%). Na lógica financeira e material, os entrevistados receberam apoios de pai da mulher (33,3%), casal dos pais do homem (33,3%), atual cônjuge (16,7%) e amigos (16,7%). Nas lógicas de empréstimo e dinheiro e herança, imóvel e negócio, os apoios foram dados somente pelo pai da mulher. Depois da rutura, estes entrevistados perderam os apoios de mãe da mulher (-27,7%), avós do homem (-10,5%), casal de pais de mulher (-7,1%), outras pessoas não

familiares (-6,7%) avós da mulher (-5,3%) e pai da mulher (-0,4%). No entanto, ganharam apoio de casal de pais do homem (26,9%), atual cônjuge (23,1%) mãe do homem (3,9%) e amigos (3,9%).

Quadro 3.7. Apoios na Rutura Conflitual de Libertação

Categoria de dadores	antes da ruptura					depois da ruptura					Diferença entre antes e depois
	Quotidiano e alojamento (n=8)	Financeiro e material (n=9)	Empréstimo e dinheiro (n=1)	Herança, imóvel e negócio (n=1)	total (n=19)	Quotidiano e alojamento (n=18)	Financeiro e material (n=6)	Empréstimo e dinheiro (n=1)	Herança, imóvel e negócio (n=1)	total (n=26)	
Familiares	75,0%	100,0%	100,0%	100,0%	89,5%	94,4%	83,3%	100,0%	100,0%	92,3%	2,8%
Progenitores	75,0%	100,0%	100,0%	100,0%	89,5%	66,7%	66,7%	100,0%	100,0%	69,2%	-20,2%
Pais da Mulher	75,0%	77,8%	0,0%	100,0%	73,7%	33,3%	33,3%	100,0%	100,0%	38,5%	-35,2%
Pai da Mulher	12,5%	22,2%	0,0%	0,0%	15,8%	0,0%	33,3%	100,0%	100,0%	15,4%	-0,4%
Mãe da Mulher	37,5%	22,2%	0,0%	100,0%	31,6%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%	-27,7%
Casal dos Pais da Mulher	25,0%	33,3%	0,0%	0,0%	26,3%	27,8%	0,0%	0,0%	0,0%	19,2%	-7,1%
Pais do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	33,3%	0,0%	0,0%	30,8%	30,8%
Pai do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%	3,8%
Casal dos Pais do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	27,8%	33,3%	0,0%	0,0%	26,9%	26,9%
Avós da Mulher	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-5,3%
Avós do Homem	0,0%	11,1%	100,0%	0,0%	10,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-10,5%
Fratria e seus conjuges	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Conjuges	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	27,8%	16,7%	0,0%	0,0%	23,1%	23,1%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	27,8%	16,7%	0,0%	0,0%	23,1%	23,1%
Ex-conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Filhos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros familiares	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não familiares	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,5%	5,6%	16,7%	0,0%	0,0%	7,7%	-2,8%
Amigos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%	3,8%
Outras pessoas	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,5%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	3,8%	-6,7%
					100,0%					136,8%	36,8%

No que concerne à convivialidade, comparando o antes e após a rutura verificou-se que o convívio aumentou 25,8%. Observou-se ainda que quem conviveu mais com estes entrevistados foram os familiares (93,6% e 85,9%), em especial antes da rutura os cônjuges (29%) e após a mesma os filhos (39,7%). As maiores diferenças de intervenientes entre os dois momentos encontram-se no ex-cônjuge (-29%) e no atual cônjuge (20,5%).

Antes da rutura, no âmbito da lógica de descanso, as atividades de convívio e de lazer foram partilhadas com filhos (36,4%), ex-cônjuge (31,8%), fratria (13,6%), outros familiares (9,1%), casal de pais da mulher (4,6%) e casal de pais do homem (4,6%). Na lógica do lazer, o convívio foi realizado com ex-cônjuge (50%), outros familiares (37,5%) e mãe da mulher (12,5%). Na lógica de espetáculos, estes entrevistados partilharam atividades com fratria (23,1%), ex-cônjuge (23,1%), casal de pais da mulher (15,4%), filhos (15,4%), mãe da mulher (7,7%), casal de pais do homem (7,7%) e avós da mulher (7,7%). Na lógica de estadia, as atividades de convívio foram partilhadas com casal dos pais da mulher (21,1%), ex-cônjuge (21,1%), amigos (21,1%), filhos (10,5%), mãe da mulher (5,3%), casal dos pais do homem (5,3%), avós da mulher (5,3%), avós do homem (5,3%) e outros familiares (5,3%). Portanto, nesta fase, estes entrevistados conviveram com ex-cônjuge (29%), filhos (19,4%), casal de pais da mulher (11,3%), fratria (9,7%), outros familiares (9,7%), amigos (6,5%), mãe da mulher (4,8%), casal de pais do homem (4,8%), avós da mulher (3,2%) e avós do homem (1,6%). (Quadro 3.8)

Já depois da rutura conjugal na lógica de descanso, os convívios foram realizados entre estes entrevistados e filhos (44,4%), atual cônjuge (29,6%), amigos (14,8%), outros familiares (7,4%) e casal de pais da mulher (3,7%). Na lógica de lazer, as atividades foram partilhadas com filhos (41,2%), outros familiares (23,5%), amigos (17,7%), atual cônjuge (11,8%) e mãe da mulher (5,9%). Na lógica de espetáculos, os convívios foram realizados com filhos (44,4%), outros familiares (22,2%), atual cônjuge (16,7%), casal de pais da mulher (11,1%) e fratria (5,6%). Já na lógica de estadia, as atividades foram compartilhadas com casal de pais da mulher (25%), filhos (25%), amigos (25%),

atual cônjuge (18,8%) e casal de pais do homem (6,3%). Assim, verifica-se que depois da rutura, os entrevistados deixaram de partilhar atividades de convívio e lazer com ex-cônjuge (-29%), fratria (-8,4%) mãe da mulher (-3,6%), casal de pais do homem (-3,6%), avós da mulher (-3,2%), casal de pais de mulher (-2,3%) e avós do homem (-1,6%). No entanto, aumentaram o convívio com atual cônjuge (20,5%), filhos (20,4%), amigos (7,7%) e outros familiares (3,1%).

Quadro 3.8. Convívios na Rutura Conflitual de Libertação

Categoria de dadores	antes da ruptura					depois da ruptura					Diferença entre antes e depois
	Descanso (n=22)	Lazer (n=8)	Espetáculos (n=13)	Estadia (n=19)	Total (n=62)	Descanso (n=27)	Lazer (n=17)	Espetáculos (n=18)	Estadia (n=16)	Total (n=78)	
Familiares	100,0%	100,0%	100,0%	78,9%	93,5%	85,2%	82,4%	100,0%	75,0%	85,9%	-7,7%
Progenitores	9,1%	12,5%	38,5%	42,1%	25,8%	3,7%	5,9%	11,1%	31,3%	11,5%	-14,3%
Pais da Mulher	4,5%	12,5%	23,1%	26,3%	16,1%	3,7%	5,9%	11,1%	25,0%	10,3%	-5,9%
Pai da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe da Mulher	0,0%	12,5%	7,7%	5,3%	4,8%	0,0%	5,9%	0,0%	0,0%	1,3%	-3,6%
Casal dos Pais da Mulher	4,5%	0,0%	15,4%	21,1%	11,3%	3,7%	0,0%	11,1%	25,0%	9,0%	-2,3%
Pais do Homem	4,5%	0,0%	7,7%	5,3%	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%	1,3%	-3,6%
Pai do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Casal dos Pais do Homem	4,5%	0,0%	7,7%	5,3%	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%	1,3%	-3,6%
Avós da Mulher	0,0%	0,0%	7,7%	5,3%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-3,2%
Avós do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	5,3%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-1,6%
Fratria e seus conjuges	13,6%	0,0%	23,1%	0,0%	9,7%	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	1,3%	-8,4%
Conjuges	31,8%	50,0%	23,1%	21,1%	29,0%	29,6%	11,8%	16,7%	18,8%	20,5%	-8,5%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	29,6%	11,8%	16,7%	18,8%	20,5%	20,5%
Ex-conjuge	31,8%	50,0%	23,1%	21,1%	29,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-29,0%
Filhos	36,4%	0,0%	15,4%	10,5%	19,4%	44,4%	41,2%	44,4%	25,0%	39,7%	20,4%
Outros familiares	9,1%	37,5%	0,0%	5,3%	9,7%	7,4%	23,5%	22,2%	0,0%	12,8%	3,1%
Não familiares	0,0%	0,0%	0,0%	21,1%	6,5%	14,8%	17,6%	0,0%	25,0%	14,1%	7,7%
Amigos	0,0%	0,0%	0,0%	21,1%	6,5%	14,8%	17,6%	0,0%	25,0%	14,1%	7,7%
Outras pessoas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
					100,0%					125,8%	25,8%

Por conseguinte, verificou-se nos entrevistados desta subcategoria um aumento tanto de apoios (na ordem de 37%) como de atividades de convívio e de lazer (na ordem de 26%) e os familiares foram os dadores/intervenientes primordiais em ambos os casos (cerca de 90%).

Analisa-se de seguida cada um dos entrevistados deste subtipo de libertação de relação prisional.

3.1.2.1.Sandra

Sandra casou com Manuel, com o qual teve duas filhas. Durante o casamento, Manuel “demonstrou o seu ciúme e a sua possessividade”, fazendo poucas coisas em conjunto e em separado apenas ele saía com os seus amigos. A rutura conjugal ocorreu devido ao facto de “eu ter chegado a uma altura em que me cansei. Foi um mês horrível, porque não nos sentíamos bem e optámos por separar”. O divórcio na vida de Sandra foi “um alívio, da maneira como vivíamos.”

Após a rutura, mantém contacto com ex-marido somente no que respeita às suas responsabilidades parentais, já com a restante família dele tem somente contacto com o irmão de Manuel e com a esposa deste. A seguir à rutura conjugal viveu em casal, mas não esperava viver com alguém, pois “tinha medo.” Hoje tem “uma relação normal” com as filhas, mas com “mais dificuldade em relação à mais velha”.

Quanto à reação das filhas à rutura e aos efeitos desta na vida delas, Sandra crê que as filhas eram demasiado pequenas e que para a mais velha foi mais complicado. “A Francisca, a mais velha, é uma menina mais problemática e mais complicada, mas dá-se muito bem com o meu atual marido. Para a mais pequena, o meu atual marido é o pai dela”.

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura, verificou-se que ocorreu um aumento. Antes da rutura, Sandra recebeu apoios de sua mãe e seus avós. Depois da rutura, recebeu apoio dos seus atuais sogros enquanto casal, do seu atual cônjuge e da sua atual sogra.

No que concerne à convivialidade, comparando o antes e o após a rutura, os convívios aumentaram. Antes da rutura, Sandra conviveu com as suas filhas, ex-cônjuge, ex-sogros enquanto casal, sua mãe e seus avós. Já depois da rutura, conviveu com as suas filhas, atual cônjuge e atuais sogros enquanto casal.

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta provocou mudanças, pois “comecei a conseguir fazer mais amizades.” A relação entre Sandra e os dadores não ficou afetada pela rutura, porque “as pessoas que me dão apoio atualmente não são as mesmas que me davam apoio na altura”. Devido à rutura conjugal mudou o seu tipo de vida, no sentido em que “independentemente de se falar em três crianças, sinto-me muito mais livre. Não tenho a pressão toda que tinha. Ou seja, consigo viver em família e consigo ser muito mais feliz.”

No entanto, as suas filhas após a rutura conjugal dos pais quebraram contacto com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge, porque “normalmente vão de quinze em quinze dias passar o fim-de-semana com o pai e nessa altura estão com a avó, porque o avô já faleceu. Sinto que a mais pequena muitas vezes arranja forma de não ir.”

3.1.2.2. Tatiana

Tatiana uniu-se de facto com Nuno, com o qual um filho. A união de facto começou a ser “conturbada a partir do momento em que Tatiana começou a fazer as suas escolhas, independentes das de Nuno”. “Passavam a maior parte do tempo em conjunto, no entanto em separado não faziam quase nada, devido aos ciúmes de Nuno”. “A única coisa que fazia em separado era mesmo o trabalho”. A rutura ocorreu devido ao facto de Tatiana desejar ter mais independência. A rutura foi “a melhor coisa que me podia ter acontecido. Foi muito bom passar a fazer o que queria, tinha a minha liberdade, tinha a minha vida.”

Após a rutura, o contacto que tem com o ex-cônjuge “é difícil”, reduzindo-se às suas responsabilidades parentais para com o filho, já com a família dele é raro o contacto. O facto de viver sem estar em casal “fez com que não se sentisse sozinha”, já que vive com a mãe. Hoje mantém uma relação de namoro com o Telmo, no entanto continua a viver em casa dos pais com o filho. Esperava voltar a namorar, no entanto o viver com alguém acha que é demasiado cedo. Hoje tem uma relação “boa” com o filho, “o David sabe que pode contar comigo para tudo.”

Quanto à reação do filho à rutura e aos efeitos da rutura na vida dele, Tatiana pensa que o filho percebeu que foi o melhor, já que os pais não se entendiam, e que o filho é muito fechado sobre si próprio, talvez devido ao divórcio dos pais.

Comparando os apoios recebidos antes e após da rutura conjugal, verificou-se uma manutenção de apoios. Antes da rutura, Tatiana recebeu apoios da sua mãe, avós do ex-cônjuge, seu

pai e seus pais enquanto casal. Após a rutura, recebeu apoio de seus pais enquanto casal, sua mãe, atual cônjuge e outras pessoas não familiares.

No que respeita à convivialidade, comparando o antes e o após da rutura conjugal, os convívios aumentaram. Antes da rutura, os intervenientes que conviveram com Tatiana foram o ex-cônjuge, seus pais enquanto casal, fratria, outros familiares, avós do ex-cônjuge e seu filho. Depois da rutura, conviveu com atual cônjuge, outros familiares, seus pais enquanto casal e seu filho.

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta não provocou mudanças, já que “depois da separação eu voltei-me a aproximar de amigos que tinham ficado um bocadinho para trás.” A relação entre Tatiana e os dadores não ficou afetada, “foi até um reforçar”. Devido à rutura conjugal o seu tipo de vida “mudou completamente a todos os níveis, não só a nível emocional, mas também a nível financeiro.”

No entanto, o seu filho, após a rutura dos pais, quebrou contacto com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge, “pois quando nós estávamos juntos o David se calhar quase todos os dias ia ver os avós. Hoje o próprio pai não o leva nem o vem buscar com tanta frequência quanto isso”.

3.1.2.3.Telma

Telma casou com António Fernando, com o qual teve uma filha. Durante o casamento, correu tudo bem, fazendo coisas em conjunto e em separado tinham as leituras e a música. A rutura conjugal ocorreu devido ao facto de António Fernando ter saído de casa. “A rutura para mim foi horrível. Senti-me traída”. A maior consequência do divórcio na vida de Telma foi o facto de ter criado “independência, cresci em todos os aspetos do ser humano”.

Após a rutura conjugal, deixou de ter contacto com o ex-cônjuge, no entanto manteve com o ex-sogro até à sua morte. O facto de viver sem estar em casal “é difícil, pois tudo depende da vida que se constrói”. Hoje tem com a filha uma relação “de mãe e de cumplicidade”

Quanto à reação da filha à rutura conjugal dos pais, “não se apercebeu, era muito pequena”. No que respeita aos efeitos da rutura na vida dela, Telma pensa que “é um problema que a minha filha nunca vai conseguir resolver: foi o facto de ela não ter o pai presente.”

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura, verificou-se que os mesmos mantiveram-se. Antes da rutura, Telma recebeu apoios de seus pais enquanto casal, seu pai, outras pessoas não familiares e sua mãe. Após a rutura, recebeu apoio do seu pai, seus pais enquanto casal, seus ex-sogros enquanto casal e amigos.

No que concerne à convivialidade, comparando o antes com o após da rutura, os convívios diminuíram. Antes da rutura, Telma partilhou atividades de convívio e de lazer com ex-cônjuge, seus pais enquanto casal, fratria, outros familiares, amigos, sua filha e sua mãe. Já depois da rutura, conviveu com a fratria, a sua filha, amigos, seus pais enquanto casal e sua mãe.

Para além de receber apoios, Telma também deu apoios, depois da rutura conjugal na lógica financeira e material, à filha. “À filha dei apoio económico ”

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta provocou mudanças, pois “as pessoas que eram do conhecimento dele deixaram de aparecer.” A relação entre Telma e os dadores ficou afetada, porque “tive o caso de pessoas que não perceberam o nosso divórcio”. Devido à rutura conjugal mudou o seu tipo de vida, no sentido em que “passei a saber o que era trabalhar. Criei autonomia. Deixei de depender de uma pessoa.”

No entanto, a sua filha, após a rutura conjugal dos pais, quebrou contacto com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge. “Enquanto houve família durante muito tempo ficaram com a mesma frequência de contactos. Com o pai não, deixaram-se de falar.”

3.2. RUPTURA NÃO CONFLITUAL E REDES SOCIAIS

O tipo de rutura não conflitual tem como característica principal o facto de uma trajetória pacífica ou de “exaustão” da própria relação levar à rutura. Assim, ambos os cônjuges decidem por mútuo acordo que o melhor para ambos é, em vez de estarem juntos enquanto casal, separarem-se. Neste tipo encontram-se as situações de António, Paulo, Tomás e Sílvia, tendo a conjugalidade culminado de forma amigável. No caso dos entrevistados a rutura foi consubstanciada em divórcio por mútuo consentimento.

Comparando os apoios recebidos pelos entrevistados mencionados no antes e no após da rutura conjugal, ocorreu uma diminuição de 20,5%. Observou-se que foram os familiares (66,7% e 64,5%) os principais dadores, em especial os progenitores (56,4% e 25,8%). A maior diferença dos dadores entre estes dois momentos encontra-se nos no casal dos pais da mulher (-20,5%) e nos cônjuges (19,4%). (Quadro 3.9)

Quadro 3.9. Apoios na Rutura Não Conflitual

Categoria de dadores	antes da ruptura					depois da ruptura					Diferença entre antes e depois
	Quotidiano e alojamento (n=21)	Financeiro e material (n=14)	Empréstimo e dinheiro (n=0)	Herança, imóvel e negocio (n=4)	total (n=39)	Quotidiano e alojamento (n=23)	Financeiro e material (n=3)	Empréstimo e dinheiro (n=1)	Herança, imóvel e negocio (n=4)	total (n=31)	
Familiares	61,9%	85,7%	0,0%	25,0%	66,7%	65,2%	100,0%	100,0%	25,0%	64,5%	-2,2%
Progenitores	47,6%	78,6%	0,0%	25,0%	56,4%	17,4%	66,7%	100,0%	25,0%	25,8%	-30,6%
Pais da Mulher	23,8%	42,9%	0,0%	0,0%	28,2%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	-25,0%
Pai da Mulher	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-2,6%
Mãe da Mulher	4,8%	7,1%	0,0%	0,0%	5,1%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	-1,9%
Casal dos Pais da Mulher	14,3%	35,7%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-20,5%
Pais do Homem	23,8%	35,7%	0,0%	25,0%	28,2%	13,0%	33,3%	100,0%	25,0%	19,4%	-8,9%
Pai do Homem	0,0%	7,1%	0,0%	25,0%	5,1%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	-1,9%
Mãe do Homem	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	5,1%	4,3%	0,0%	100,0%	0,0%	6,5%	1,3%
Casal dos Pais do Homem	14,3%	28,6%	0,0%	0,0%	17,9%	4,3%	33,3%	0,0%	25,0%	9,7%	-8,3%
Avós da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Avós do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%
Fratria e seus conjuges	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%
Cônjuges	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	21,7%	33,3%	0,0%	0,0%	19,4%	19,4%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17,4%	0,0%	0,0%	0,0%	12,9%	12,9%
Ex-conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,3%	33,3%	0,0%	0,0%	6,5%	6,5%
Filhos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%	6,5%
Outros familiares	14,3%	7,1%	0,0%	0,0%	10,3%	13,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,7%	-0,6%
Não familiares	38,1%	14,3%	0,0%	75,0%	33,3%	34,8%	0,0%	0,0%	75,0%	35,5%	2,2%
Amigos	28,6%	14,3%	0,0%	75,0%	28,2%	34,8%	0,0%	0,0%	75,0%	35,5%	7,3%
Outras pessoas	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	5,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-5,1%
					100,0%					79,5%	-20,5%

Antes da rutura conjugal, distinguindo os apoios nas quatro lógicas criadas, na lógica do quotidiano e alojamento, os apoios foram dados por amigos (28,6%), casal dos pais da mulher (14,3%), casal dos pais do homem (14,3%), outros familiares (14,3%), mãe do homem (9,5%), outras pessoas não familiares (9,5%), pai da mulher (4,8%) e mãe da mulher (4,8%). Na lógica financeira e

material, os apoios foram dados por casal de pais da mulher (35,7%), casal dos pais do homem (28,6%), amigos (14,3%), mãe da mulher (7,1%), pai do homem (7,1%) e outros familiares (7,1%). Por fim, na lógica de herança, imóvel e negócio, os apoios foram dados por amigos (75%) e pai do homem (25%). Portanto, nesta fase estes entrevistados, receberam apoios de amigos (28,2%), casal dos pais da mulher (20,5%), casal dos pais do homem (18%), outros familiares (10,3%), mãe da mulher (5,1%), pai do homem (5,1%), mãe do homem (5,1%), outras pessoas não familiares (5,1%) e pai da mulher (2,6%).

Após a rutura conjugal, na lógica de quotidiano e alojamento, os apoios foram dados por amigos (34,8%), atual cônjuge (17,4%), outros familiares (13%), filhos (8,7%), mãe da mulher (4,4%), pai do homem (4,4%), mãe do homem (4,4%), casal dos pais do homem (4,4%), fratria (4,4%) e ex-cônjuge (4,4%). Na lógica financeira e material, os apoios foram dados por casal dos pais do homem (33,3%), avós do homem (33,3%) e ex-cônjuge (33,3%). Na lógica de empréstimo e dinheiro, os apoios foram dados pela mãe do homem. Já na lógica herança, imóvel e negócio, os apoios foram dados por amigos (75%) e casal dos pais do homem (25%). Portanto, depois da rutura, estes entrevistados deixaram de ter apoio de casal de pais da mulher (-20,5%), casal de pais do homem (-8,3%), outras pessoas não familiares (-5,1%), pai da mulher (-2,6%), mãe da mulher (-1,9%), pai do homem (-1,9%) e outros familiares (-0,6%). No entanto, aumentaram os apoios de atual cônjuge (12,9%), amigos (7,3%), ex-cônjuge (6,5%), filhos (6,5%), avós do homem (3,2%), fratria (3,2%), mãe do homem (1,3%).

No que concerne às atividades de sociabilidade, comparando o antes com o após a rutura, os convívios aumentaram 10%. Observa-se que foram os amigos (54,6% e 51,2%) os intervenientes que mais partilharam as atividades com os entrevistados. A maior diferença dos intervenientes entre estes dois momentos encontra-se nos ex-cônjuges (-17,4%) e no atual cônjuge (13,2%). (Quadro 3.10.)

Quadro 3.10. Convívios na Rutura Não Conflitual

Categoria de dadores	antes da rutura					depois da rutura					Diferença entre antes e depois
	Descanso (n=34)	Lazer (n=9)	Espetaculos (n=23)	Estadia (n=44)	total (n=110)	Descanso (n=39)	Lazer (n=11)	Espetaculos (n=27)	Estadia (n=44)	total (n=121)	
Familiares	47,1%	100,0%	65,2%	22,7%	45,5%	56,4%	54,5%	63,0%	31,8%	48,8%	3,3%
Progenitores	2,9%	11,1%	17,4%	11,4%	10,0%	5,1%	0,0%	7,4%	11,4%	7,4%	-2,6%
Pais da Mulher	0,0%	0,0%	8,7%	4,5%	3,6%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	0,8%	-2,8%
Pai da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	0,8%	0,8%
Casal dos Pais da Mulher	0,0%	0,0%	8,7%	4,5%	3,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-3,6%
Pais do Homem	2,9%	11,1%	8,7%	4,5%	5,5%	5,1%	0,0%	7,4%	6,8%	5,8%	0,3%
Pai do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mãe do Homem	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,9%
Casal dos Pais do Homem	2,9%	0,0%	8,7%	4,5%	4,5%	5,1%	0,0%	7,4%	6,8%	5,8%	1,2%
Avós da Mulher	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	0,8%	-0,1%
Avós do Homem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Fratria e seus conjuges	5,9%	0,0%	4,3%	0,0%	2,7%	10,3%	0,0%	11,1%	2,3%	6,6%	3,9%
Conjuges	20,6%	66,7%	17,4%	6,8%	18,2%	15,4%	18,2%	18,5%	9,1%	14,0%	-4,1%
Actual conjuge	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	15,4%	18,2%	14,8%	9,1%	13,2%	13,2%
Ex-conjuge	20,6%	66,7%	17,4%	6,8%	18,2%	0,0%	0,0%	3,7%	0,0%	0,8%	-17,4%
Filhos	17,6%	22,2%	26,1%	4,5%	14,5%	23,1%	36,4%	22,2%	9,1%	19,0%	4,5%
Outros familiares	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	0,0%	3,7%	0,0%	1,7%	1,7%
Não familiares	52,9%	0,0%	34,8%	77,3%	54,5%	43,6%	45,5%	37,0%	68,2%	51,2%	-3,3%
Amigos	52,9%	0,0%	34,8%	77,3%	54,5%	43,6%	45,5%	37,0%	68,2%	51,2%	-3,3%
Outras pessoas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
					100,0%					110,0%	10,0%

Antes da rutura conjugal, na lógica do descanso, sociabilizaram com os entrevistados amigos (52,9%), ex-cônjuge (20,6%), filhos (17,7%), fratria (5,9%) e casal dos pais do homem (2,9%). Na lógica do lazer, os entrevistados sociabilizaram com ex-cônjuge (66,7%), filhos (22,2%), mãe do homem (11,1%). Na lógica dos espetáculos, os entrevistados conviveram com amigos (34,8%), filhos (26,1%), ex-cônjuge (17,4%), casal dos pais da mulher (8,7%), casal dos pais do homem (8,7%) e fratria (4,4%). Por último, na lógica da estadia, as atividades foram participadas com amigos (77,4%), ex-cônjuge (6,8%), casal dos pais da mulher (4,6%), casal dos pais do homem (4,6%), filhos (4,6%) e avós da mulher (2,3%). Assim, antes da rutura, estes entrevistados conviveram com amigos (54,6%), ex-cônjuge (18,2%), filhos (14,6%), casal dos pais do homem (4,6%), casal dos pais da mulher (3,6%), fratria (2,7%), mãe do homem (0,9%) e avós da mulher (0,9%).

Já depois da rutura, na lógica de descanso, os intervenientes com os entrevistados nestas atividades foram amigos (43,6%), filhos (23,1%), atual cônjuge (15,4%), fratria (10,3%), casal dos pais do homem (5,1%) e outros familiares (2,6%). Na lógica do lazer, os entrevistados conviveram com amigos (45,5%), filhos (36,4%) e atual cônjuge (18,2%). Na lógica de espetáculos, as atividades foram participadas por amigos (37%), filhos (22,2%), atual cônjuge (14,8%), fratria (11,1%), casal dos pais do homem (7,4%), ex-cônjuge (3,7%) e outros familiares (3,7%). Na lógica da estadia, os entrevistados conviveram com os amigos (68,2%), atual cônjuge, (9,1%), filhos (9,1%), casal dos pais do homem (6,8%), mãe da mulher (2,3%), avós da mulher (2,3%) e fratria (2,3%). Portanto, após a rutura, diminuíram os convívios com ex-cônjuge (-17,4%), casal de pais da mulher (-3,6%), amigos (-3,3%), mãe do homem (-0,9%) e avós da mulher (-0,1%). No entanto, aumentaram o convívio com atual cônjuge (13,2%), fratria (3,9%), outros familiares (1,7%), casal dos pais do homem (1,2%) e mãe da mulher (0,8%).

Por conseguinte, o que se verificou nos entrevistados do tipo não conflitual é que houve uma diminuição significativa de apoios antes para depois da rutura (na ordem dos 21%); apesar de serem os familiares (na ordem dos 67% e 65%) os que dão maioritariamente os apoios, denotou-se a importância dos não familiares; as atividades de convívio e de lazer aumentaram com a rutura (na ordem dos 10%) e quem partilha essas atividades com os entrevistados são os amigos (cerca de 53%).

Analisa-se de seguida cada um dos entrevistados do tipo não conflitual.

3.2.1. António

António casou com Maria, com a qual teve dois filhos. Durante o casamento, os cônjuges faziam coisas em comum e em separado tinham a sua vida profissional. A rutura conjugal ocorreu em 2000, por iniciativa da mulher, sendo, no entanto, a separação de mútuo acordo. Tal rutura teve como consequência, para António, o finalizar de um projeto.

Após a rutura, António não mantém qualquer contacto com a ex-mulher nem com a família dela. Hoje não mantém qualquer relação “estável”, vive só. ”Passei a estar sozinho.” Já quanto aos filhos, tem hoje uma relação “excecional” com eles.

Quanto à reação dos filhos à rutura e aos efeitos da rutura na vida deles, o mais novo “teve uma reação mais crítica e ambos perderam um ano de escolaridade”. Um reagiu muito mal. O outro também reagiu, como é mais calado, nada disse”.

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura, verifica-se que os mesmos diminuíram. Antes da rutura, António recebeu apoios dos seus sogros enquanto casal, seus pais enquanto casal, outras pessoas não familiares e seu pai. Após a rutura, recebeu apoios de outros familiares, seus pais enquanto casal, fratria e amigos.

No que concerne à convivialidade, comparando o antes e o depois da rutura, os convívios diminuíram. Antes da rutura, António compartilhou atividades com amigos, ex-cônjuge e seus filhos. Já depois da rutura, os convívios foram compartilhados com amigos.

Para além de receber apoios, António também deu apoios antes da rutura conjugal na lógica do quotidiano e alojamento ao seu pai e à fratria. “O meu pai passou um tempo em minha casa e em casa da minha irmã, quando a minha mãe teve o AVC.”

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta não provocou quaisquer mudanças, sendo que a única alteração no seu tipo de vida foi o facto de “não ter ninguém ali ao lado”, mas “mudei no tipo de vida”. Não houve mudanças no seu círculo de relações por causa da rutura, pois “com as pessoas que eram nossas amigas continuei a falar com elas.”

No entanto, quanto aos seus filhos após a rutura conjugal dos pais “houve uma redução de contactos” com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge, “ficando os filhos mais virados para si”.

3.2.2. Paulo

Paulo casou com Sandra, com a qual teve uma filha. O casamento foi conturbado devido à oposição dos pais de Paulo, “que culminou com a minha saída da casa dos meus pais em rutura com os mesmos”. Durante o casamento, os cônjuges faziam coisas em comum, somente a vida profissional é que tinham em separado. A rutura conjugal ocorreu em 2004, devido ao facto de Paulo ter realizado um curso de mediação familiar. A iniciativa foi de Paulo, no entanto a decisão de separação foi conjunta. “Na ressaca do curso de mediação familiar entendi que não dava mais para continuar a relação em processo de sofrimento”. Tal rutura teve como consequência um aumento de despesas e uma aproximação com a filha. “Isso colocou-me não numa obrigação, mas um dever enquanto pai, o dever de estar presente e de acompanhar durante esse tempo”.

Após a rutura, Paulo mantém contacto com a ex-mulher e com a família dela. “Com ela, muita cooperação, muita comunicação em relação à Carolina e até apoio em relação a outros amores. Em relação à família, muito boa também”. O facto de viver sem estar em casal fez com que gerisse os seus tempos. “Consegui gerir os meus tempos à minha maneira, no entanto sinto a falta de alguém a meu lado”. Hoje mantém uma relação de namoro com Margarida, no entanto vive sozinho, tendo como exceção a vinda da filha todos os fins-de-semana. Esperava voltar a namorar, pois “acho que faz parte

da minha maneira de estar relacionar-me com as pessoas.” Já quanto à filha, têm hoje uma relação “fantástica”.

Quanto à reação da filha à rutura, “a mesma chorou”. “Com 5 anos, é natural que ela tenha uma certa culpabilização. O que procurámos fazer foi, para que não fosse uma rutura muito brusca, eu continuei a ir a casa, continuei a dar boleia para irem fazer coisas.” A rutura conjugal provocou na vida dela “uma capacidade de resiliência maior, maior contacto com o pai e uma maior capacidade de demonstrar o que sente”.

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura, verifica-se que os mesmos aumentaram. Antes da rutura, Paulo recebeu apoios de amigos, seu sogro, sua sogra e sogros enquanto casal. Após a rutura, recebeu apoio de amigos, ex-sogra, seu pai, sua mãe, seus pais enquanto casal, seus avós, ex-cônjuge e outros familiares.

No que concerne à convivialidade, comparando o antes e o após da rutura conjugal, os convívios aumentaram. Antes da rutura, os intervenientes que conviveram com Paulo foram amigos, ex-cônjuge, sua filha, seus pais enquanto casal, seus sogros enquanto casal e fratria. Depois da rutura, Paulo conviveu com amigos, fratria, seus pais enquanto casal e sua filha.

Para além de receber apoios, Paulo também deu apoios, antes da rutura conjugal na lógica financeira e material, aos seus pais enquanto casal, aos sogros enquanto casal e à fratria. “Apoio financeiro às minhas irmãs, aos meus pais e aos meus sogros”. Depois da rutura conjugal, na mesma lógica, deu apoio aos seus pais enquanto casal, à fratria, à ex-cônjuge e à filha. “À minha ex-mulher dinheiro, à Carolina dinheiro, aos meus pais e às minhas irmãs também, se fosse necessário”.

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta provocou mudanças, pois “teve-se que criar uma nova relação com a família da minha mulher. Mesmo com a minha família inverteu-se. Os amigos mantiveram-se e fortaleceu-se mais a relação.” A relação entre Paulo e os dadores ficou “modificada”, mas “foi positiva, pela maneira como se conseguiu gerir as diferenças”. No seu tipo de vida a única coisa que se modificou foi a gestão de tempo, “de poder fazer mais coisas para mim sem dar satisfação aos outros. Dentro desse tempo inclui-se o relacionamento com a minha filha, pois consegui estar mais tempo de qualidade com ela. Mesmo do ponto de vista do trabalho, permitiu-me dar aulas à noite. “

No entanto, após a rutura conjugal dos pais houve uma manutenção de contactos entre a sua filha com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge, “o que tem ocorrido é que ao fim-de-semana tem passado mais tempo com o pai e menos com a mãe e com a família dela.”

3.2.3. Tomás

Tomás casou com Ana Lúcia, com a qual teve um filho. Durante o casamento, tinham atividades em conjunto e em separado. A rutura conjugal ocorreu devido ao facto de “a relação não estar a correr bem”. “Com o miúdo, acabou por «atrapalhar». No entanto, voltou tudo a ser uma rotina independentemente de ele estar ou não.” Tal rutura teve como consequência uma alteração na vida de Tomás, passando a viver sozinho.

Após a rutura, Tomás mantém contacto com a ex-mulher somente no que respeita às responsabilidades parentais e não mantém contacto com a família dela. O facto de viver sem estar em casal “foi estranho, não pelo facto de não estar em casal, mas por não estar com o miúdo. Está comigo quinzenalmente, vou buscá-lo uma vez por semana ou duas para jantar.” Hoje mantém uma relação de namoro com Tânia, no entanto vive sozinho. Esperava voltar a namorar, pois “não faz parte dos meus planos ficar sem alguém.” Já quanto ao filho, têm hoje uma relação “intensiva”, no entanto “acabo por não ter o tempo necessário, porque ele está com a mãe”.

Quanto à reação do filho à rutura, “o mesmo era demasiado pequeno, com um ano, foi na altura certa em que ele não se apercebeu”. A rutura conjugal não provocou quaisquer efeitos na vida do seu filho, “até aos três anos de idade (que tem hoje) não teve nada”.

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura, verifica-se que os mesmos diminuíram. Antes da rutura, Tomás recebeu apoios de seus pais enquanto casal, seu pai e seus sogros enquanto casal. Depois da rutura, recebeu apoio de sua mãe e de seus pais enquanto casal.

No que respeita à convivialidade, comparando o antes e o após da rutura conjugal, os convívios diminuíram. Antes da rutura, os intervenientes que conviveram com Tomás foram amigos, ex-cônjuge, sogros enquanto casal, seus pais enquanto casal e fratria. Depois da rutura, conviveu com a atual cônjuge, os seus pais enquanto casal, seu filho, outros familiares e fratria.

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta provocou mudanças, “o círculo de amigos alterou radicalmente. Se calhar a mudança de atividades que eu fazia, que deixei de fazer, foi o que provocou essa mudança de grupo de amigos”. A modificação da relação entre Tomás e os dadores ficou afetada, pois “existem algumas mentalidades mais antiquadas que não entendem uma separação e que não entendem uma relação após uma separação”. O seu tipo de vida modificou-se, no sentido em que “vivo mais a vida. A diferença acaba por ser tentar viver mais, o tentar aproveitar mais aquilo que não aproveitei”.

No entanto, após a rutura conjugal dos pais houve uma manutenção de contactos entre o seu filho com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge, pois “ele vive com ela e ela está a morar com os pais.”

3.2.4.Silvia

Sílvia casou com Augusto com o qual teve dois filhos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino. O casamento ocorreu devido ao surgimento do primeiro filho e à pressão familiar. “Foi mais um oficializar de uma união que já existia”. Nessa altura tinham atividades em conjunto bem como em separado. A rutura conjugal ocorreu devido ao facto de só estarem juntos por causa dos filhos, sendo de iniciativa de ambos. “Ele começou a ter outros interesses que não eram os meus. Depois chegou uma altura em que nós não estávamos a fazer nada os dois juntos”. Tal rutura teve como consequência uma alteração na vida de Sílvia, passando a ter mais responsabilidades. “Tive que tratar de coisas que era ele a tratar como IRS, finanças. Eu fiquei com a casa. O rendimento diminui um bocado”.

Após a rutura, Sílvia mantém contacto amistoso com o ex-marido e com a família dele. O facto de viver sem estar em casal foi diferente, “a pessoa consegue organizar melhor a sua vida. Quando se está sozinha, toma-se as decisões sozinhas, a única coisa que condicionava era os meus filhos”. Hoje mantém uma relação de união de facto com Aldemira, vivendo os filhos consigo. Esperava voltar a relacionar-se com alguém, “mas não dentro da mesma casa.” Já quanto aos filhos, têm hoje uma relação “muito boa”.

Quanto à reação dos filhos à rutura, eles tiveram uma reação diferente. “O Júlio foi aquele que sofreu mais. Ela era ainda muito pequena, a ela a única coisa que custou foi ir para o pai e ficar sem a mãe. Com o Júlio foi necessário falar com ele, pois ficou um bocadinho perturbado com o facto de os pais se separarem.” A rutura conjugal não provocou quaisquer efeitos na vida dos seus filhos, “a não ser o facto de estar a mudar de casa”.

Comparando os apoios recebidos antes e após a rutura, verifica-se que uma diminuição. Antes da rutura, Sílvia recebeu apoios de amigos, outros familiares, sua sogra e sua mãe. Depois da rutura, recebeu apoio de atual cônjuge, seus filhos, amigos e ex-cônjuge.

No que respeita à convivialidade, comparando o antes e o após da rutura conjugal, os convívios aumentaram. Antes da rutura, os intervenientes que intervieram com Sílvia foram amigos, filhos, ex-cônjuge, seus pais enquanto casal, sua sogra, seus sogros enquanto casal e seus avós. Depois da rutura, conviveu com seus filhos, amigos, atual cônjuge, sua mãe, seus avós e ex-cônjuge.

Para além de receber apoios, Sílvia também deu apoios, antes da rutura conjugal na lógica quotidiana e de alojamento, a amigos. “Dei roupa à Dulce e à Helena”.

Quanto às alterações na rede social após a rutura, esta provocou mudanças, “os amigos dele afastaram-se de mim. Em relação aos meus amigos ficaram iguais, mantiveram-se. Algumas das pessoas que eram amigos dos dois também se mantiveram.” A relação entre Sílvia e os dadores não ficou afetada, pois “as pessoas, que me davam apoio antes, continuam a dar-me apoio, à exceção da minha sogra e da minha enteada que deixaram de viver comigo”. O seu tipo de vida modificou-se, no sentido em que “estava muito sobrecarregada de trabalho, tinha muita gente cá em casa. Essa foi a maior mudança.”

No entanto, após a rutura conjugal dos pais houve uma quebra de contactos entre os seus filhos com a família do outro cônjuge e com o outro cônjuge, pois “com a família dele mantém contacto, com a exceção da avó e da irmã que foram para Angola. Com o pai obviamente que não, ficaram com menos contacto. Assim, eles ficaram com um contacto menos frequente mas com mais tempo.”

Por conseguinte, nestes dois tipos de ruturas encontramos diferentes formas de alterar a rede de apoio e de sociabilidade, demonstrando que após a rutura conjugal existe uma reorganização da própria rede através dos seus intervenientes, ou seja, do ego e dos dadores.

CONCLUSÃO

Tal como anteriormente mencionámos, as relações conjugais têm evoluído ao longo dos tempos. De casamento sagrado, indissolúvel, passou-se para casamento em que a felicidade e o amor são os motivos da duração do mesmo. Este movimento de desinstitucionalização do casamento proveio não só da diminuição do casamento (principalmente do católico) como também da desvalorização do mesmo no plano das representações e de valores. (Aboim, 2001; Aboim, 2011; Giddens, 1996;- Leandro, 2011: 71-72, 158-161; Torres, 1996; Torres,2001; Torres, 2002; Vaquinhas,2011; Vasconcelos, 1998; Wall et al,1999; Wall, 2011).

O surgimento e a sua generalização como alternativa estável ao casamento da coabitação deveram-se à autonomia das mulheres e levando ao aparecimento de segundas conjugalidades. (Aboim, 2005: 86, 87-88, 114; Aboim, 2006; Aboim, 2011; Leite, 2003; Lobo, 2009; Vasconcelos, 1998; Wall, 2000).

Seja qual for a forma de iniciar a conjugalidade, por casamento ou por coabitação, esta pode não durar *ad eternum*, sendo assim possível a sua rutura, quer esta ocorra por divórcio ou por separação. Torres relacionou a três formas de conjugalidade – institucional, fusional, associativa —a três tipos de divórcio – fatalidade, culpa do outro e desencontro, respetivamente, tendo em consideração não só o estatuto socioeconómico e a formação académica dos indivíduos mas também o centramento da relação, se na parental ou na conjugal. (Torres, 1996; Torres, 2002)

Após uma rutura conjugal, o casal conjugal e o parental encontram-se dissociados, enquanto o primeiro deixou de existir por razões que só aos ex-cônjuges dizem respeito, o segundo é indissolúvel e, por isso, continua. (Segalen, 1988) No entanto, a associação da parentalidade com a conjugalidade pode ter implicações no relacionamento com os filhos, ficando na maioria das vezes as mães com os filhos bem como os pais com níveis mais baixos de escolaridade têm menos tendência para manterem laços com os filhos biológicos após a rutura. (Aboim, 2006; Aboim, 2011; Leandro, 2011:14-14; Torres, 2008)

Um recasamento pode levar também a uma mudança no papel dos avós, já que as relações entre os familiares próximos do pai-guardião tornam-se mais fortes, pelo contrário as mães guardiãs só raramente cortam o relacionamento dos seus filhos com os avós paternos mesmo em situações de não coparentalidade. (Leandro, 2005; Leandro, 2006; Leandro, 2011:15, 79-92; Lobo, 2009)

Assim, tal como refere Torres, para o êxito do casamento não basta solidariedade e responsabilidade, não basta amor, não basta empenho. É da articulação de todos estes elementos, temperando-se-lhes as doses em função dos referentes culturais e sociais. (Torres, 2001)

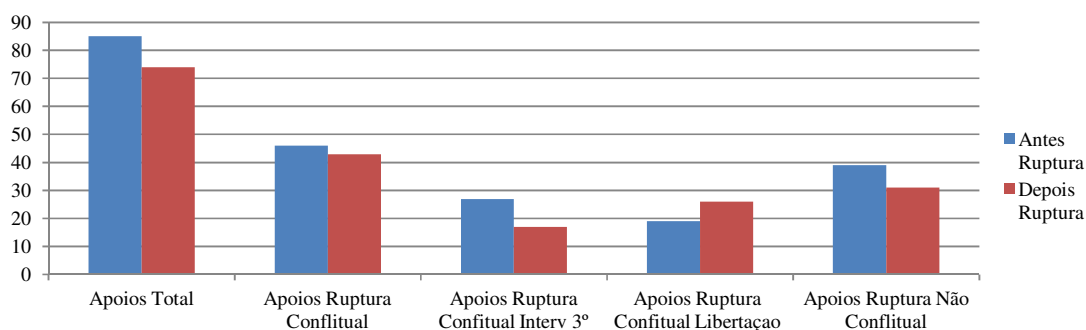
Retomando os conceitos de redes sociais anteriormente mencionadas, as relações familiares e de parentesco, sendo configuradas sob a forma de rede mais ou menos informal, deixaram de ser somente cingidas ao núcleo conjugal, à conjugalidade e à parentalidade, para irem mais além na relação e estrutura da rede familiar. (Portugal, 1995; Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005; Vasconcelos, 2011) Tal rede de apoio familiar, segundo a literatura mundial, é gendrificada,

matrilateralizadas, feminizada, intergeracionalmente direta, levando assim a que haja uma desigualdade sexual no interior da família. (Portugal, 2008; Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005: 603-604; Vasconcelos, 2011: 127-140) Por conseguinte, de acordo com a literatura indicada, as rupturas conjugais levam a uma reorganização das redes sociais.

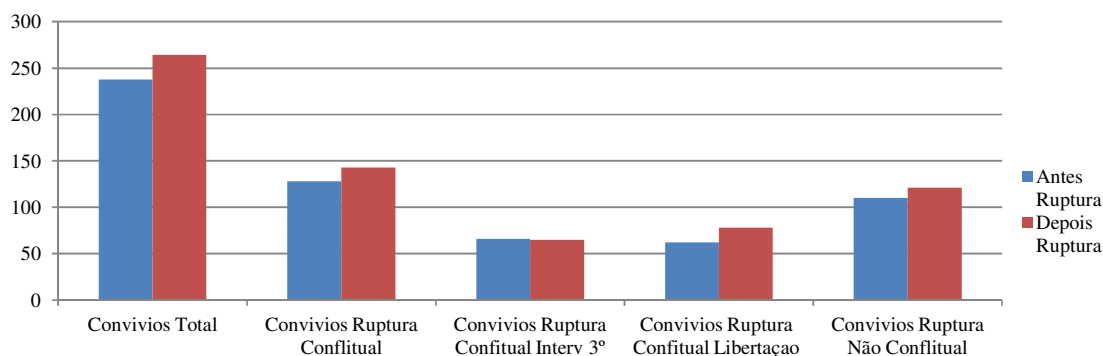
Assim, a nossa pesquisa teve como objetivo principal desta dissertação responder às perguntas de partida, que respeitavam aos efeitos que as redes sociais sofrem consoante o nível de conflitualidade da ruptura conjugal, em especial que efeitos esta tem para o ego e para os seus filhos. Foram reunidos 10 entrevistados, de ambos os sexos, de idade média 42,3 anos, em que a maioria teve como conjugalidade inicial o casamento católico e como tipo de ruptura o divórcio por mútuo consentimento.

Analisando em termos totais de apoios e de convívios recebidos, verificaram-se uma diminuição em 13% dos primeiros e um aumento em 15% dos segundos. Portanto, em termos gerais, o que se observou foi que com a ruptura os apoios diminuíram e os convívios aumentaram ligeiramente. No entanto, em cada tipo (conflitual e não conflitual) e subtipo (no caso do tipo conflitual) existem especificidades que foram abordadas ao longo da pesquisa. (Quadro 4.1. e Quadro 4.2.)

Quadro 4.1. – Todos os apoios



Quadro 4.2. – Todos os convívios



No tipo de ruptura conflitual encontravam-se as situações em que a conjugalidade culminou de forma não amistosa. Os 6 entrevistados deste tipo após a ruptura diminuíram em 7% os apoios recebidos, sendo os principais dadores os familiares (na ordem dos 80%). Especificamente perderam o apoio da mãe da mulher, do casal dos pais da mulher, do ex-cônjuge, dos avós da mulher, da mãe

do homem, dos avós do homem e de outras pessoas não familiares. No entanto, ganharam o apoio do atual cônjuge, do casal dos pais do homem, dos amigos, dos pais da mulher e da fratria. No que respeita à convivialidade, aumentaram em 12%, sendo os principais intervenientes os familiares (na ordem dos 75%). Em específico perderam o convívio com ex-cônjuge, casal de pais da mulher, casal de pais do homem, fratria, mãe da mulher, avós da mulher e avós do homem. No entanto, ganharam o convívio com o atual cônjuge, filhos, outros familiares e amigos. Assim, conforme Quadro 4.1 e 4.2, neste tipo ocorreu uma diminuição de apoios e um aumento de convívios.

A subcategoria criada de intervenção de um terceiro, dentro do tipo de rutura conflitual, tem como característica principal o aparecimento de uma terceira pessoa, que se torna a causa primordial da rutura conjugal. Os 3 entrevistados deste subtipo após a rutura diminuíram os apoios recebidos em 37%, sendo os principais dadores os familiares (cerca de 75%). Especificamente perderam o apoio do casal de pais da mulher, casal de pais do homem, do ex-cônjuge e da mãe do homem. No entanto, ganharam apoio de amigos, da fratria, dos avós do homem, do atual cônjuge e de outras pessoas não familiares. No que respeita à convivialidade, diminuíram após a rutura em 2% os convívios, sendo os principais intervenientes os familiares (cerca de 60%). Em específico perderam o convívio com o ex-cônjuge, casal de pais de mulher, amigos e avós do homem. No entanto, aumentaram o convívio com o atual cônjuge, filhos, fratria e casal dos pais do homem. Assim, estas afirmações encontram-se espelhadas nas entrevistas realizadas. No caso de José, após a rutura mantém contacto com a ex-mulher. Depois da rutura, diminuíram os apoios e aumentaram os convívios, dando também apoios. A rede amical ficou alterada. O filho ficou mais fechado em si mesmo, ficando a viver com a mãe. No caso de Carla, após a rutura mantém contacto com o marido e com a família dele. Depois da rutura, diminuíram os apoios e aumentaram os convívios, dando também apoios. A sua rede social melhorou bem como o seu tipo de vida. A filha teve que crescer rapidamente, sendo acompanhada por um psicólogo, e visita o pai e a família dele de 15 em 15 dias. No caso de Jorge, após a rutura mantém contacto com a ex-mulher e família dela. Depois da rutura, mantiveram-se os apoios e diminuíram os convívios, dando também os apoios. Não teve alterações na sua rede social, mudando no entanto o seu tipo de vida. Os filhos não se aperceberam da rutura por serem pequenos e vivem com a mãe. Assim, conforme se pode verificar os Quadros 4.1 e 4.2, nesta subcategoria diminuíram os apoios e os convívios diminuíram ligeiramente.

A subcategoria de libertação da relação prisional tem como característica principal ser a rutura considerada como um “alívio de uma relação dependente”. As 3 entrevistadas deste subtipo após a rutura aumentaram os apoios recebidos em 37%, sendo os principais dadores os familiares (cerca de 90%). Depois da rutura conjugal perderam apoios da mãe da mulher, dos avós do homem, casal de pais de mulher, outras pessoas não familiares, avós da mulher e pai da mulher. No entanto, ganharam apoio do casal de pais do homem, atual cônjuge, mãe do homem e amigos. No que respeita à convivialidade, aumentaram os convívios após a rutura em 26%, sendo os principais intervenientes os familiares (cerca dos 90%). Depois da rutura deixaram de conviver com ex-cônjuge, fratria, mãe da

mulher, casal de pais do homem, avós da mulher, casal de pais da mulher e avós do homem. No entanto, aumentaram o convívio com o atual cônjuge, filhos, amigos e outros familiares. Por conseguinte, estas afirmações encontram-se representadas nas entrevistas realizadas. No caso de Sandra, só tem contacto com ex-marido no que respeita às suas responsabilidades parentais. Depois da rutura, aumentaram os apoios bem como os convívios. Aumentou a sua rede amical, não alterando a sua relação com os dadores de apoios, no entanto alterou o seu tipo de vida. As filhas eram demasiado pequenas quando ocorreu a rutura conjugal, vivem com a mãe e vão de 15 em 15 dias ver o pai. No caso de Tatiana, só tem contacto com ex-marido no que respeita às suas responsabilidades parentais. Depois a rutura, mantiveram-se os apoios e aumentaram os convívios. O seu tipo de vida alterou-se completamente. O seu filho com a rutura conjugal dos pais ficou muito fechado em si mesmo e quebrou contacto com o pai e com a família dele. No caso de Telma, deixou de ter contacto com o ex-cônjuge, mas manteve com o ex-sogro até à sua morte. Depois da rutura, mantiveram-se os apoios e diminuíram os convívios, dando também os apoios. A sua rede social ficou alterada em especial no que respeita às pessoas do outro cônjuge, ficando afetada a sua relação com os dadores de apoio, no entanto mudou de tipo de vida. A filha não se apercebeu da rutura conjugal dos pais, mas quebrou contacto com o outro cônjuge e com a sua família. Assim, conforme se pode verificar nos Quadros 4.1 e 4.2 nesta subcategoria aumentaram os apoios e os convívios.

No tipo de rutura não conflitual encontram-se as situações em que os cônjuges decidem por mútuo acordo culminar com a relação conjugal. Os 4 entrevistados deste tipo após a rutura diminuíram os apoios recebidos em 21%, sendo os principais dadores desses apoios os familiares (na ordem dos 65%). Depois da rutura conjugal, perderam o apoio do casal dos pais da mulher, do casal dos pais do homem, de outras não familiares, do pai da mulher, da mãe da mulher, do pai do homem e outros familiares. No entanto, ganharam o apoio do atual cônjuge, dos amigos, do ex-cônjuge, dos filhos, dos avós do homem, da fratria e da mãe do homem. No que respeita à convivialidade, aumentaram após a rutura os convívios em 10%, sendo os principais intervenientes os amigos (na ordem dos 53%). Depois da rutura perderam o convívio com ex-cônjuge, casal de pais da mulher, amigos, mãe do homem e avós da mulher. No entanto, ganharam o convívio com o atual cônjuge, fratria, outros familiares, casal de pais do homem e mãe da mulher. Portanto, estas afirmações encontram-se refletidas nas entrevistas realizadas. No caso de António, não mantém contacto com a ex-mulher. Depois da rutura, diminuíram os apoios bem como os convívios., dando também apoios. Não houve alterações na sua rede social. O filho mais velho reagiu mais criticamente à rutura dos pais e ambos perderam um ano de escolaridade, no entanto reduziram os contactos com o outro cônjuge e com a sua família. No caso de Paulo, mantém contacto com a ex-mulher e a sua família. Após a rutura os apoios aumentaram bem como os convívios, dando também apoios. A rutura provocou alterações na sua rede social, modificando-se a relação entre ele e os dadores de apoio. A rutura criou na filha uma resiliência maior, ficando a viver com a mãe, vem de 15 em 15 dias ao pai. No caso de Tomás, só mantém contacto com a ex-mulher no que respeita às responsabilidades parentais. Depois da rutura, os apoios diminuíram como também os

convívios. A sua rede social alterou-se devido a alteração de atividades, modificando-se também a sua relação entre ele e os dadores de apoio. Mudou o seu tipo de vida. Na altura da rutura conjugal dos pais o filho era demasiado pequeno, no entanto vive com a mãe e vem de 15 em 15 dias ao pai. No caso de Sílvia, mantém contacto com o ex-marido e com a sua família. Depois da rutura, diminuíram os apoios e aumentaram os convívios., dando também apoios. Alterou-se a sua rede social, não ficando alterada a relação entre si e os dadores de apoios. Modificou-se o seu tipo de vida. Os filhos sofreram com a rutura conjugal dos pais, no entanto houve uma quebra de contactos com o outro cônjuge e com a família dele. Assim, conforme se pode verificar nos Quadros 4.1 e 4.2 neste tipo de rutura os apoios diminuíram e os convívios aumentaram.

Portanto, demonstrou-se na análise dos dadores de apoio bem como de intervenientes de convívios que no tipo de rutura conflitual a categoria dos familiares é superior do que no de não conflitual, demonstrando-se assim o peso que os mesmos têm na vida dos entrevistados. Na pesquisa efetuada não se chegou a possíveis hipóteses para as percentagens elevadas no caso do tipo conflitual. No entanto, pode-se questionar se no caso dos entrevistados do tipo conflitual terá tido uma educação mais católica, que terá levado a noções tradicionais de casamento, de noções de família unida. Ao contrário o tipo não conflitual poderá estar ligado mais ao conceito mais recente de casamento mais liberal, mais ligado aos amigos.

Em especial nos dois subtipos criados no tipo de rutura conflitual, é notório o apoio familiar superior no de libertação de relação prisional, ao contrário da intervenção de terceiro. Uma explicação possível para tal poderá ser o facto de serem as entrevistadas da primeira subcategoria saírem desprotegidas da relação, que “as amarrava”, que as não deixava viver livremente.

As consequências da rutura conjugal nos entrevistados foram diferentes consoante o tipo (e /ou subtipo) em que se encontravam. No caso dos entrevistados do subtipo de intervenção de terceiro, mantêm contacto com o outro cônjuge e com a sua família, apesar da rutura conjugal. No caso do subtipo de libertação de relação prisional, 2 das entrevistadas mantiveram contacto com o outro cônjuge somente no que respeita às suas responsabilidades parentais e a outra entrevistada quebrou totalmente contacto com o outro cônjuge. Nos entrevistados do tipo de rutura não conflitual, um entrevistado não mantém contacto com o outro cônjuge nem com a família dela; dois entrevistados mantêm contacto com ex-cônjuge e com a sua família; e o outro entrevistado só mantém contacto com ex-cônjuge no que respeita às suas responsabilidades parentais.

Já no que respeita aos filhos e às consequências da rutura dos pais diferem consoante o tipo de rutura conjugal dos entrevistados. Nos entrevistados do subtipo de intervenção de terceiro, o filho ficou mais fechado e ficou a viver com o outro cônjuge; o filho foi acompanhado por um psicólogo e vai visitar o outro pai de 15 em 15 dias; os filhos eram demasiados pequenos e vivem com a mãe. Nos entrevistados de libertação de relação prisional, os filhos eram demasiado pequenas aquando da rutura conjugal dos pais, vivem com a mãe e vão ao pai de 15 em 15 dias; o filho ficou mais fechado em si e quebrou o contacto com o outro cônjuge e com a família dele; o filho era demasiado pequeno, quebrou

contacto com outro cônjuge e família dele. Nos entrevistados do tipo de rutura não conflitual, os filhos perderam um ano de escolaridade, reduzindo o contacto com o outro cônjuge e sua família; criou uma resiliência maior no filho, que está a viver com a mãe; está com o pai de 15 em 15 dias; o filho era demasiado pequeno e ficou com a mãe; os filhos sofreram e quebraram contactos com o outro pai e com a família dele.

Para além destes achados, levantaram-se-nos alguns problemas que temos não os poder resolver nesta pesquisa. Tais problemas respeitam às consequências da rutura conjugal na vida dos filhos provenientes dessa conjugalidade terminada. Para alguns intervenientes a rutura causou aos filhos efeitos “colaterais”. Para António “ os filhos perderam um ano de escolaridade”. Tatiana acha que “ que o David é muito fechado para ele próprio, no que toca a exprimir sentimentos. Quando é preciso falar de alguma coisa que toque aos sentimentos, ele fecha-se um bocadinho”. A filha de Telma não fala com o pai desde os 10 anos. “Ela não consegue ter uma relação com o pai” (Telma). Para Carla “a Ema não põe cá para fora os medos dela, revela através de ações e isso revelou-se nos testes, no comportamento mais agressivo, mais distraído na escola. Falei com o pai e pusemos um psicólogo a trabalhar com ela. Ele disse que a Ema tem realmente um problema: não se expressa pela oralidade, mas sim pela escrita.” Estes efeitos na vida dos filhos dos entrevistados podem ou não estar diretamente com a rutura, somente um estudo mais aprofundado o poderá dizer.

Assim sendo, pensamos que esta pesquisa vem dar um contributo ao que a literatura nacional e internacional tem mencionado sobre a alteração das redes após um rutura conjugal, demonstrando o papel fundamental do elemento feminino. Assim, a feminização das redes deve ser entendida em dois sentidos: preponderância dos apoios por parte da família da mulher do casal e preponderância de apoios prestados por mulheres. Olhando para a lateralização da rede de parentesco, verificamos que o apoio corre mais pelo lado da família da mulher do que da do homem seu cônjuge, e mais ainda no caso das ajudas quotidianas do que no das grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar. (Vasconcelos, 2002; Vasconcelos, 2005)

BIBLIOGRAFIA

- Aboim, Sofia (2005^a), “A formação do casal: formas de entrada e percursos conjugais”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, ICS
- Aboim, Sofia (2005^b), “As orientações normativas da conjugalidade”, em Karin Wall (org), *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, ICS
- Aboim, Sofia (2007), “Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus”, em Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS
- Aboim, Sofia (2006^a), *Conjugalidades em mudança, percursos e dinâmicas de vida a dois*, Lisboa, ICS
- Aboim, Sofia (2006^b), “Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual”, *Análise Social*, volume XLI (180), pp. 801-825
- Aboim, Sofia (2005^c), “Dinâmicas de interacção e tipos de conjugalidade”, em Karin Wall (org), *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, ICS
- Aboim, Sofia (2003), “Evolução das estruturas domésticas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 43, pp. 13-30
- Aboim, Sofia (2002^a), “Perfis da coabitação em Portugal: percursos, contextos e orientações”, comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas*, Associação Portuguesa de Sociologia, 21 e 22 de Novembro de 2002, Lisboa
- Aboim, Sofia (2011), “Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação”, em José Mattoso (direc) e Ana Nunes Almeida (coord), *História da vida privada em Portugal – os nossos dias*, Lisboa, Temas & Debates
- Aboim, Sofia e Karin Wall (2002^b), “Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos”, *Análise Social*, Volume XXXVII (163), pp. 475-506
- Aboim, Sofia, Vanessa Cunha e Pedro Vasconcelos (2005^d), “Um primeiro retrato das famílias em Portugal”, em Karin Wall (org), *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, ICS
- Almeida, Ana Nunes de (1999), “Ciências sociais e universos femininos em Portugal: contributos para a mudança”, *Educação, Sociedade e Cultura*, nº 11, pp. 109-131
- Almeida, Ana Nunes de (2002), “Conjugalidades, sentimento amoroso e sexualidades”, comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas*, Associação Portuguesa de Sociologia, 21 e 22 de Novembro de 2002, Lisboa
- Almeida, Ana Nunes de (1986^a), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, *Análise Social*, Vol XXII (92-93), 3^o-4^o, pp 493-520
- Almeida, Ana Nunes de (1986^b), “Perspectivas dos jovens sobre a família e o casamento – notas críticas”, *Análise Social*, Vol XXII (90), 1^o, pp. 157-164
- Almeida, Ana Nunes de, Karin Wall (1995), “A família”, em Eduardo Sousa Ferreira e Helena Rato, *Portugal Hoje*, INA, Oeiras, pp 31-53
- Almeida, Ana Nunes de, Maria da Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, em José Manuel leite Viegas e António Firmino da Costa (coord), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora

- Barreto, António, Clara Valadas Preto (1996), *A situação social em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Bott, Elizabeth (1976), *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora SA.
- Brito, Leila Maria Torraca, Raphael Fischer Peçanha (2006), “Separação conjugal e relações familiares: debates recentes”. *Interações*, Vol. XII, nº 22, pp 87-104
- Cascão, Rui (2011^a), “Em casa: o quotidiano familiar” em José Mattoso (direc), Ana Nunes Almeida (coord), *Historia da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Teorias e Debates
- Cascão, Rui (2011^b), “Modos de habitar” em José Mattoso (direc), Ana Nunes Almeida (coord), *Historia da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Teorias e Debates
- Casimiro, Fernando Simões (2003.), “Os conceitos de família e núcleo familiar nos recenseamentos de população em Portugal”. *Revistas de Estudos Demográficos*, nº 33, pp. 5-21
- Donfut, Claudine Attias, Martine Segalen (1998), “Nouvelle génération de grands-parents et mutations familiales”. Paris, Odile Jacob, pp. 11-22
- Donfut, Claudine Attias (2001), “Familles: des générations solidaires”, *Sciences humaines*, Hors Série, nº 33, juillet, août, pp. 30-34
- Fernandes, António Teixeira (1994), “Dinâmicas familiares no mundo atual: harmonias e conflitos”. *Análise social*, Vol XXIX(129), pp. 1149-1191
- Ferreira, Ana Cristina, Cristina Lobo, Isabel Tiago Oliveira, Madalena Ramos (2008) “O recasamento: tendências actuais”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº42, pp.31-59
- Ferreira, Pedro Moura (2003), “Tendências e modalidades da conjugalidade”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 43, pp. 67-82
- Ferreira, Pedro Moura, Sofia Aboim (2002), “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, *Análise Social*, Vol. XXXVII (163), pp. 411-446
- Gall, Didier Le, Claude Martin (1992), "Les relations parentales après le divorce", em François de Singly, “La famille: transformations récentes”, *Problèmes politiques et sociaux*, Dossiers d'actualité mondiale, nº 685, pp. 30-33.
- Gall. Didier Le (1993), “Segundos amores. Amar a razão?” *Sociologia, problemas e práticas*, nº 13, pp. 155-171
- Giddens, Anthony (1996), *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras, Celta Editora
- Goody, Jack (1995), *Família e Casamento na Europa*, Oeiras, Celta Editora
- Guerreiro, Maria de Dores, Anália Torres, Luís Capucha (2009) (eds), *Quotidiano e Qualidade de Vida*, Vol III, Portugal no Contexto Europeu, CIES, ISCTE-IUL, Celta Editora
- Júnior, Mauro Dias Silva, Regina Célia Souza Brito, Manuela Cavaleiro de Macedo Beltrão (2010), “Factores interpessoais das redes sociais de parentesco”, *Ciências & Cognição*, Vol 15 (3), pp. 100-110
- Kellerhals, Jean, Pierre-Yves Troutot, Emmanuel Lazega (1989), *Microsociologia da família*, Mem Martins, Publicações Europa-América
- Kellerhals, Jean, McCluskey Hughette (1998), “Uma topografia subjectiva do parentesco. Um contributo para o estudo das redes de parentesco nas famílias urbanas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº5, pp. 169-184

- Kellerhals, Jean, Cristina Ferreira, David Perremoud (2002), “Linguagens do parentesco: lógicas de construção identitária”, *Análise Social*, nº 37 (163), pp. 545-567
- Lalanda, Piedade (2006), “A população feminina e as transições familiares através da demografia”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 38, artº 9, INE, pp 5-29
- Lalanda, Piedade (2002), “Casar pelo civil ou na Igreja”, *Sociologia, Problemas e Práticas* nº 36, 2002, pp 69-83
- Leandro, Maria Engrácia (2006), “Família, educação e saúde”, comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia, realizado no âmbito do seminário Mundos Sociais: saberes e práticas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de Junho de 2006, Lisboa
- Leandro, Maria Engrácia (2011) (coord), *Laços familiares e sociais*, Viseu, PsicoSoma
- Leite, Sofia (2003^a), “A união de facto em Portugal”, *Revista de estudos demográficos*, nº 33, art.º 6, Instituto Nacional de Estatística, pp. 95-138
- Leite, Sofia (2004), “Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas”, *Revista de Estudos demográficos*, nº35, Instituto Nacional de Estatística, pp. 55-89
- Leite, Sofia (2003^b), “Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demografica com base nos Censos 1991 e 2001”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 33 , pp. 23-38
- Lemieux, Vicent, Mathuieu Ouiment (2004), *Análise estrutural das redes sociais*, Lisboa, Instituto Piaget, Epistemologia e Sociedade
- Lobo, Cristina (2009^a), *Recomposições familiares: dinâmicas de um processo de transição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Lobo, Cristina (2009^b), “Parentalidade social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares”, *Sociologia Problemas e Práticas* nº 59, pp 45-74
- Lobo, Cristina, Cristina Palma Conceição (2003), “O recasamento em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas* nº42, pp 141-159
- Lopes, Maria Antónia (2011), “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” em José Mattoso (direc), Ana Nunes Almeida (coord), *Historia da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Teorias e Debates
- Marques, Carmo, Manuela Tavares, Maria José Magalhães (2002), “Politica e família: orientações legislativas em Portugal nos últimos anos”, comunicação apresentada no Colóquio Internacional *Família, Género e sexualidade nas sociedades Contemporâneas*, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa
- Marques, Eduardo Cesar Leão (2009), “As redes sociais importam para a pobreza urbana?”, *Dados - Revista de ciências sociais*, Vol. 52, pp. 471-505
- Monteiro, Teresa Líbano (2011), “Fés, credos e religiões” em José Mattoso (direc), Ana Nunes Almeida (coord), *Historia da Vida Privada em Portugal, Os nossos dias*, Lisboa, Teorias e Debates
- Nazio, Tiziana (2008), *Cohabitation, Family and Society*, NY, Routledge
- Pereira, Inês (2002), “Identidade em rede: Construção identitária e movimento associativo”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 40, pp. 107-121
- Pereira, Sandra Marques (2011), “Cenários do quotidiano doméstico: modos de habitar”, em José Mattoso (direc), Ana Nunes Almeida (coord), *Historia da Vida Privada em Portugal, Os nossos dias*, Lisboa, Teorias e Debates

- Perista, Heloisa (2010), “Mulheres, homens e usos do tempo: quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 47, pp. 47-63
- Piselli, Fortunata (2003), “A network analysis no estudo sobre a família: teorias e aplicações”, *Contrapontos*, volume 3, nº 3, pp 459-481
- Policarpo, Verónica (2011), “Sexualidade em construção, entre o privado e o público” em José Mattoso (direc), Ana Nunes Almeida (coord), *Historia da Vida Privada em Portugal, Os nossos dias*, Lisboa, Teorias e Debates
- Portugal, Sílvia (2004^a), “As coisas, os modos e os laços: o papel das redes informais na posição de recursos”, comunicação apresentada no *Atelier Famílias*, realizado no âmbito do Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: reflexividade e Acção, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004
- Portugal, Sílvia (1995), “As mãos que embalam o berço: Um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, Nº42, pp. 155-178
- Portugal, Sílvia (2008), “As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal”, *Oficina do CES*, nº 319
- Portugal, Sílvia (2007^a), “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica”, *Oficina do CES*, nº 271
- Portugal, Sílvia (2007^b), “O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, 79, pp. 37-56
- Portugal, Sílvia (2004^b), “Políticas familiares”, *Con(m)textos de Sociologia*, nº 3/2004
- Portugal, Sílvia (2004^c), “Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos”, comunicação apresentada no VIII Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, CES, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004, Coimbra
- Portugal, Sílvia (2005), “Quem tem amigos tem saúde: o papel das redes sociais no acesso aos cuidados de saúde”, *Oficina do CES*, 235
- Rosa, Rodrigo (2005), “A escolha do cônjuge”, em Karin Wall (orgs), *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, ICS
- Rosa, Rodrigo (2002), “Escolha do cônjuge em Portugal”, comunicação apresentada no Colóquio Internacional Família, Género e Sexualidade na Sociedade Contemporânea, Associação Portuguesa de Sociologia, 21 de Novembro de 2002, Lisboa
- Rosa, Maria João Valente (2002), “Notas sobre a população – os homens e as mulheres perante o casamento”, *Análise Social*, Vol XXXVII (163), pp 667-672
- Roussel, Louis (1992), “O futuro da família”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 11, pp. 163-179
- Santos, Boaventura de Sousa (2010), *O novo regime jurídico do divórcio em avaliação*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais
- Santos, Filomena (2006), “Perfis da coabitação em Portugal contemporâneo”, comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de Junho de 2006
- Santos, Filomena (2002), “Sem cerimónia nem papéis: uma análise de coabitação em Portugal”, comunicação apresentada no Colóquio Internacional Família, Género e Sexualidade na Sociedade Contemporânea, Associação Portuguesa de Sociologia, 21 de Novembro de 2002, Lisboa
- Saraceno, Chiara (1988), *Sociologia da família*. Lisboa, Estampa

- Segalen, Martine (1985), "Family change and social uses of kinship networks in France", *Historical Social Research* 10/2 (Heft 34) S.:22-29
- Segalen, Martine (1988), *Sociologia da família*, Lisboa, Terramar
- Serapioni, Mauro (2005), "O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais", *Ciências & Saúde Colectiva*, 10 (sup): 243-253
- Thomson, Elizabeth, Ugo Colella (1992), "Cohabitation and marital stability: quality or commitment?", *Journal of marriage and the family*, 54 (May 1992): 259-267
- Torres, Anália Cardoso (1987^a), "Amores e desamores - para uma análise sociológica das relações afectivas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº3, pp. 21-33
- Torres, Anália Cardoso (1998), "Aumento do divórcio, mudanças na família e transformações sociais", comunicação apresentada no V Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Cascais, 6 a 11 de Julho de 1998
- Torres, Anália Cardoso (2001), "Casamento e género: mudança nas famílias contemporâneas a partir do caso português", *Intersecções*, ano 3 nº2, pp. 53-70
- Torres, Anália Cardoso (2002), *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta editora
- Torres, Anália Cardoso (1996^a), "Casar? Por que não? Práticas e Perspectivas dos jovens portugueses", em J. Machado Pais e Lynne, *Jovens em Mudança*, Actas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1997
- Torres, Anália Cardoso (1996^b), *Divórcio em Portugal. Ditos e interditos. Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta Editora
- Torres, Anália Cardoso (1992), "Fatalidade, culpa, desencontro. Formas da rutura conjugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 11, pp. 43-62
- Torres, Anália Cardoso (1987^b), "Mulheres, divórcio e mudança social. Divórcio: tendências actuais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº2, pp. 121-156
- Torres, Anália Cardoso (2008^a), *Nova lei do divórcio*, Grupo parlamentar do partido socialista, Lisboa, Edição do Grupo parlamentar do grupo socialista
- Torres, Anália, Rui Brites, Rita Mendes, Tiago Lapa (2004^a), "Famílias no contexto europeu: alguns dados recentes do european social survey", comunicação apresentada no *Atelier Famílias*, realizado no âmbito do Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: reflexividade e Acção, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004
- Torres, Anália, Rita Mendes, Tiago Lapa (2008^b), "Families in Europe", *Portuguese Journal of Social Science*, 7 (1) pp. 49-84
- Torres, Anália (2004^b), "Casamento: tempos, centramentos, gerações e género", *Cadernos GRH*, Salvador, V.17, nº 42 Set-Dez, pp 405-429
- Torres, Anália, Ana Mocuixe Moura (2004^c), "Ideias simétricas e práticas desiguais: conjugalidades em Lisboa e no Porto" comunicação apresentada no *Atelier Famílias*, realizado no âmbito do Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: reflexividade e Acção, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004
- Vaquinhas, Irene (2011), "A família, essa «pátria em miniatura»", em José Mattoso (direc), Ana Nunes Almeida (coord), *Historia da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Teorias e Debates

- Vasconcelos, Pedro (2003), “Famílias complexas: tendências de evolução”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 43, pp. 83-96
- Vasconcelos, Pedro (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”, *Análise Social*, vol. Xxxviii (163), 507-544
- Vasconcelos, Pedro (2005), “Redes sociais de apoio”, em Karin Wall (org), *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS
- Vasconcelos, Pedro (1998), “Vida familiar”, em José Machado Pais (coord), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais de Universidade de Lisboa
- Vasconcelos, Pedro (2011), *Capital Social, Solidariedade Familiar e Desigualdade Social no Portugal Contemporâneo*, Dissertação de Doutoramento m Sociologia, Lisboa, ISCTE
- Viegas, José Manuel Leite, António Firmino Costa (1998), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora
- Wall, Karin (2011), “A intervenção do Estado: políticas públicas de família” em José Mattoso (direc), Ana Nunes Almeida (coord), *Historia da Vida Privada em Portugal, Os nossos dias*, Lisboa, Teorias e Debates
- Wall, Karin (2002), “Dinâmicas familiares e políticas de família na União Europeia: que evolução?”, Comunicação apresentada no Colóquio Internacional Família, Género e Sexualidade na Sociedade Contemporânea, Associação Portuguesa de Sociologia, 21 de Novembro de 2002, Lisboa
- Wall, Karin (2003^a), “Famílias monoparentais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 51-66
- Wall, Karin (2000), “Famílias no Portugal Contemporâneo”, Relatório de Pesquisa, CIES/ISCTE, Lisboa
- Wall, Karin (2003^b), “Famílias no Censos 2001, estruturas domésticas em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 43, pp. 9-11
- Wall, Karin (2005^a), “Modos de guarda das crianças”, em Karin Wall (orgs), *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, ICS, Lisboa
- Wall, Karin (2005^b), “Os modos domésticos de co-residência”, em Karin Wall (orgs), *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, ICS, Lisboa
- Wall, Karin, Cristina Lobo (1999), “Famílias monoparentais em Portugal”, *Análise Social*, Vol. XXXIV(15), pp 123-145
- Widmer, Eric D. (2006), “Who are my family members? Bridging and binding social capital in family configurations”, *Journal of Personal and Social Relationships*, vol. 23, nº 6, pp. 979-998
- Widmer, Eric D., Linda-Ann Farga (2000), “Family Network: a sociometric method to study relationships in families”, *Fiels Methods*, Vol. 12, Nº 2, pp 108-128

ANEXOS

A. GUIÃO DE ENTREVISTA

A. Caracterização Geral

- Que idade tem?
- Qual é a sua situação conjugal atual?
- Qual é a sua escolaridade?
- Qual é a sua profissão? O que faz?
- Qual é a profissão dos seus pais? E a sua escolaridade?
- Onde vive agora?
- Quem são as pessoas com quem vive hoje em dia?
- Do seu anterior cônjuge, que idade tem ele?
- Qual é a sua escolaridade?
- Qual é a sua profissão?

B. Conjugalidade

- Conte-me como foi a vossa relação conjugal, como foi o vosso namoro e o vosso casamento.
- Faziam coisas em conjunto? E em separado?

C. Rutura conjugal

- Como foi o divórcio/ separação? Porque aconteceu?
- Há quanto tempo Rutura a rutura conjugal?
- Quais foram as consequências do divórcio na sua vida?
- Como é a sua relação com o seu ex-cônjuge? E com a família dele?

D. Pós-Rutura conjugal

- Como foi viver/ como é viver sem estar em casal?
- Mantém / manteve alguma relação afetiva estável?
- Que idade tem o seu atual cônjuge/parceiro?
- Qual é a escolaridade dele/dela?
- Qual é a sua profissão?
- Espera/ esperava voltar a viver com alguém/ casar? Porquê?

E. Filhos

- Quantos filhos tem? Diga quem são.
- Como é a sua relação com os seus filhos hoje?
- Como reagiram à rutura conjugal?
- Que efeitos acha que a rutura teve na vida deles?
- O que faziam na altura da pós-rutura?

F. Configuração relacional e apoios

- Antes da rutura:
 - Alguém dava-lhe apoio em serviços domésticos (fazia tarefas domésticas, dava comida feita para levar)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe apoio noutros serviços (pequenas reparações na casa, transportava pessoas, dava recados)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe apoio nos cuidados às crianças (tomava conta de dia ou de noite, levava ao médico, à escola)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe apoio moral (desabafava, conversava sobre problemas)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe apoio financeiro (dava ou emprestava dinheiro, pagava as contas ou as despesas)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe apoio material (dava roupa, objetos e alimentos para a família e para a casa)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém alojava-o/a por um período de tempo mais ou menos longo ou emprestava-lhe a casa? Quem? E mais alguém?
 - Alguém arranjava-lhe emprego? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe uma casa, um andar, um terreno ou outros bens imóveis? Quem? E mais alguém?
 - Alguém oferecia-lhe ou ajudava-o/a na compra de móveis e eletrodomésticos para a casa e para o filho? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe um carro? Quem? E mais alguém?
 - Alguém deixava-lhe uma herança? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe uma sociedade ou oferecia-lhe um negócio? Quem? E mais alguém?
 - Alguém ajudava-lhe em grandes festas (casamentos, batizados)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe dinheiro (grandes quantias)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém emprestava-lhe dinheiro ou era seu fiador de grandes compras? Quem? E mais alguém?
 - Algum destes apoios que lhe perguntei deu a alguém?
 - Algum apoio que não tenha perguntado.
- Quanto a atividades de convívio/ de lazer
 - Fazia desporto com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia ao cinema com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia a exposições e a museus com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia a espetáculos desportivos (ex.: futebol) com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia ao café ou à pastelaria com alguém? Quem? E mais alguém?

- Saia, ia dar uma volta, passear com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia ao restaurante com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Participava em atividades religiosas com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ficava a dormir em casa de alguém ou passava alguns dias? Quem? E mais alguém?
 - Comia em casa de alguém (almoçar ou jantar em casa de familiares ou amigos)? Quem? E mais alguém?
 - Ia com alguém à praia? Quem? E mais alguém?
 - Participava com alguém em festividades anuais (aniversários, natal, páscoa, carnaval, festa da terra)? Quem? E mais alguém?
 - Ia a espetáculos lúdicos (festivais, concertos, teatro) com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Passava férias com alguém? Quem? (Caracterização) E mais alguém?
 - Alguma atividade que não tenha perguntado.
- Depois da rutura
 - Na sua opinião, que mudanças ocorreram no seu círculo de relações por causa da rutura?
 - Vamos falar de apoios:
 - Alguém dava-lhe apoio em serviços domésticos (fazia tarefas domésticas, dava comida feita para levar)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém deva-lhe apoio noutros serviços (pequenas reparações na casa, transportava pessoas, dava recados)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe apoio nos cuidados às crianças (tomava conta de dia ou de noite, levava ao médico, à escola)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe apoio moral (desabafava, conversava sobre problemas)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe apoio financeiro (dava ou emprestava dinheiro, pagava as contas ou as despesas)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe apoio material (dava roupa, objetos e alimentos para a família e para a casa)? Quem? E mais alguém?
 - Alguém alojava-o/a por um período de tempo mais ou menos longo ou emprestava-lhe a casa? Quem? E mais alguém?
 - Alguém arranjava-lhe emprego? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe uma casa, um andar, um terreno ou outros bens imóveis? Quem? E mais alguém?
 - Alguém oferecia-lhe ou ajudava-o/a na compra de móveis e eletrodomésticos para a casa e para o filho? Quem? E mais alguém?
 - Alguém dava-lhe um carro? Quem? E mais alguém?

- Alguém deixava-lhe uma herança? Quem? E mais alguém?
- Alguém dava-lhe uma sociedade ou oferecia-lhe um negócio? Quem? E mais alguém?
- Alguém ajudava-lhe em grandes festas (casamentos, batizados)? Quem? E mais alguém?
- Alguém dava-lhe dinheiro (grandes quantias)? Quem? E mais alguém?
- Alguém emprestava-lhe dinheiro ou era seu fiador de grandes compras? Quem? E mais alguém?
- Algum destes apoios que lhe perguntei deu a alguém?
- Algum apoio que não tenha perguntado.
- Quanto a atividades de convívio/ de lazer
 - Fazia desporto com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia ao cinema com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia a exposições e a museus com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia a espetáculos desportivos (ex.: futebol) com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia ao café ou à pastelaria com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Saía, ia dar uma volta, passear com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ia ao restaurante com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Participava em atividades religiosas com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Ficava a dormir em casa de alguém ou passava alguns dias? Quem? E mais alguém?
 - Comia em casa de alguém (almoçar ou jantar em casa de familiares ou amigos)? Quem? E mais alguém?
 - Ia com alguém à praia? Quem? E mais alguém?
 - Participava com alguém em festividades anuais (aniversários, natal, pascoa, carnaval, festa da terra)? Quem? E mais alguém?
 - Ia a espetáculos lúdicos (festivais, concertos, teatro) com alguém? Quem? E mais alguém?
 - Passava férias com alguém? Quem? (Caracterização) E mais alguém?
 - Alguma atividade que não tenha perguntado.
- Acha que a relação entre si e intervenientes/dadores ficou afetada pela rutura?
- E os seus filhos, com a família do seu ex-cônjuge e com o seu ex-cônjuge, ficaram com a mesma frequência de contactos?
- O que acha que mudou mais no tipo de vida que tem hoje comparando com o que tinha antes da rutura?

B. ENTREVISTAS

A duração das entrevistas foi de sensivelmente quarenta e cinco minutos a uma hora, dependendo da emoção que as questões infligiam aos respondentes e das facilidades em deixar fluir o discurso.

Aos entrevistados foram feitas propostas para a realização das entrevistas em locais da sua preferência, que limitassem qualquer interferência externa.

A recolha dos dados através das entrevistas foi registada em gravador (com prévia autorização dos respondentes) e transcrita na íntegra em suporte eletrónico, o que facilitou o posterior tratamento de informação obtida. A tal prévia autorização dos respondentes é geralmente dada sem reticências quando os objetivos da entrevista são claramente apresentados e o entrevistador se compromete, primeiro, a respeitar o seu anonimato, segundo, a conservar ele próprio as fitas magnéticas, e terceiro, a apagar as gravações logo que tenham sido analisados. (Quivy, 1998:76-77).

Neste estudo de natureza qualitativa, em especial os métodos de entrevistas requerem habitualmente os métodos de análise de conteúdo, que são muitas vezes qualitativos. (Quivy, 1998:185). O método de entrevista está associado a um método de análise de conteúdo, que visa fazer aparecer o máximo possível de elementos de informação e de reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que corresponda às exigências de explicitação, de intersubjetividade dos processos (Quivy, 1998:192-195).

No decurso da análise foram produzidos vários resultados intermédios, consubstanciados na forma de fichas segmentadas e organizadas de relatos obtidos. Estas fichas foram construídas tendo presente a proposta de tratamento de material documental, de construção de sinopses das entrevistas formulada por Isabel Guerra (Guerra, 2006:73-74). Com as respostas dos entrevistados ao grupo de questões sobre as redes de apoio, em que os mesmos mencionavam os dadores desses apoios, foram efetuadas tabelas para se proceder à sua comparação. Assim, foi possível criar três tipologias, devido à existência de elementos comuns em especial no que respeita às questões de rutura conjugal.

C. TIPOLOGIA

Conjugalidades e redes										
	António	José	Sandra	Paulo	Tatiana	Tomás	Telma	Carla	Silvia	Jorge
caracterização										
 pessoal	Divorciado	recomposição familiar	recomposição familiar	vive só	vive com os pais e filho	vive só	vive com a mãe	vive com a filha	recomposição familiar	recomposição familiar
 capital escolar	licenciatura	bacharelato	bacharelato	mestrado	licenciatura	12º ano	12º ano	licenciatura	licenciatura	licenciatura
 social	trabalhador por conta de outrem	trabalhador por conta de outrem	trabalhador por conta de outrem	trabalhador por conta de outrem	trabalhador por conta de outrem	trabalhador por conta de outrem	trabalhador por conta de outrem	trabalhador por conta de outrem	trabalhador por conta de outrem	trabalhador por conta de outrem
Caracterização da trajetória da conjugalidade e da ruptura	<i>Ruptura não conflitual</i> casamento católico divorcio por mutuo consentimento	<i>Ruptura Conflitual</i> casamento católico divorcio por mutuo consentimento	<i>Ruptura Conflitual</i> casamento católico divorcio por mutuo consentimento	<i>Ruptura não conflitual</i> casamento católico divorcio por mutuo consentimento	<i>Ruptura Conflitual</i> uniao de facto separação	<i>Ruptura não conflitual</i> casamento católico divorcio por mutuo consentimento	<i>Ruptura Conflitual</i> casamento católico divorcio litigioso	<i>Ruptura Conflitual</i> casamento católico divorcio por mutuo consentimento	<i>Ruptura não conflitual</i> casamento civil divorcio por mutuo consentimento	<i>Ruptura Conflitual</i> casamento católico divorcio por mutuo consentimento
Alterações na rede após a ruptura	nenhuma	quebra das amizades que eram do outro conjugue	mais amigos	nova relação com família de ex-mulher e mais apoio à própria família	mais aproximação aos amigos	mudança de amigos e mais apoio de primos	quebra de amizades que eram do outro conjugue	mais dedicação aos amigos	quebra das amizades que eram do outro conjugue	quebra de algumas amizades que eram do outro conjugue
Alterações nos apoios	diminui, perda total de apoio de sogros e pais	diminui, perda total de apoio dos sogros e pais e ex-conjuge	aumento, ganho de apoio dos novos sogros e do actual conjugue	aumento, ganho de apoio dos pais e amigos	mantem, apoio de pais	diminui, perda total de apoio dos sogros e pais	mantém, apoio dos pais	diminui, perda de apoio dos pais e ex-conjuge	diminui, perda do apoio dos sogros e outros familiares	mantem, apoio de amigos e pais
Alterações nas actividades de convívio	diminui, perda de apoio de ex-conjuge e filhos	aumenta, ganho de apoio de amigos, dos pais e do actual conjugue	aumento, ganho de apoio do actual conjugue e dos filhos	aumento, ganho de apoio dos pais, irmãs e amigos	aumento, ganhou apoio do actual conjugue, do filho e outros familiares	diminui, perda de apoio dos sogros, do ex-conjuge e amigos	diminui, perda de apoio dos ex-conjuge e irmãs	aumento, ganhou apoio de filhos, irmãs e pais	aumento, ganhou apoio do actual conjugue, filhos e amigos	diminui, perda de apoio de amigos